

Em defesa da soberania

O renomado físico Rogério Cerqueira Leite, em entrevista à Classe, analisa o papel das estatais no desenvolvimento. Comparando a experiência brasileira com a de outras nações, conclui que os interesses nacionais serão bastante prejudicados com a atual política de privatização. "Os americanos não retribuirão os carinhos de Collor", afirma. Págs. 6 e 7



A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Usiminas: o leilão da traição

Consumou-se, no dia 24, contra os interesses do Brasil e o protesto de personalidades e forças políticas patrióticas, o leilão da Usiminas, negociata feita à base da chamada "moeda podre" - títulos de dívidas do governo federal. No Rio, uma manifestação contra o ato de traição, diante da Bolsa de Valores, foi duramente reprimida. Pág. 5

O FLAGELO DO DESEMPREGO

Chegou a 1.100.000, 12,5% da população ativa, o número de trabalhadores desempregados apenas na região da Grande São Paulo, segundo o Dieese. A situação vem se agravando em função do chamado aperto monetário, com a elevação das taxas de juros, e da maxidesvalorização do cruzeiro promovida recentemente pelo governo. Só a Brastemp já demitiu 1.100 funcionários no ABC paulista, cerca de 20% do seu pessoal. Ao mesmo tempo, o governo Collor acumula uma taxa de inflação em torno de 2.000% desde sua posse. A situação econômica é caótica e um novo e tenebroso termo - estaghiperinflação - foi criado para caracterizá-la. Uma análise deste quadro na página 4.



CURTAS E BOAS

Amor

às vezes me pergunto o que é mesmo o amor.

Será que é esse arrepio na pele quando sinto o teu beijo? Será que é o coração batendo quando falo da Revolução?

Será que é a paz que sinto ao ver uma criança dormindo? Será que é a angústia ao ver outra faminta? Preciso, então, beijar-te a boca estar na luta acreditar que um dia poderemos alimentar nossas crianças vê-las dormir e quem sabe acordá-las.

Fenata Stadler, militante do PCdoB na Universidade Federal de Pernambuco

Docentes da UFAL elegem Taís

A arquiteta Taís Normande é a nova presidente da Adufal (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas). Numa eleição concorrida, Taís, dirigente regional do PCdoB e da direção da CUT estadual, teve 60% dos votos contra 34% da chapa adversária.

A chapa 1, "Coerência na luta", é formada por sindicalistas da CSC, por independentes e um membro da corrente Unidade Sindical (PCB). Já a chapa derrotada, composta majoritariamente por cutistas do PT, foi articulada em função de uma postura intransigente de alguns de seus membros, contrários a chapa única.

Para Taís, "Nossa plataforma está sintonizada com as lutas e reivindicações dos docentes. Isso significa o combate à tentativa do governo Collor de liquidar com a Universidade Pública, democrática e defensora dos interesses nacionais." Além da luta por verbas, autonomia e melhores salários, a Adufal, disse Taís, "defende o fortalecimento da CUT, a unificação das lutas com os trabalhadores do serviço público e estatais, pois a ofensiva privatizante só assim será barrada."

UBES - 10 anos de reconstrução e luta

No dia 31 de outubro, a UBES comemora seu 10º aniversário de reconstrução. São 10 anos de luta em defesa da soberania nacional e da escola pública.

A entidade máxima dos estudantes secundaristas teve papel de destaque na luta contra o Regime Militar e pelas Diretas, mobilizou milhares de estudantes pela aprovação da lei Aldo Arantes que garantiu a organização de grêmios livres nas escolas, destacou-se junto com outras entidades no 2º turno da campanha Frente Brasil Popular, para derrotar Collor e os donos das escolas pagas.

A diretoria da UBES está convocando para 31 de outubro, Dia Nacional de Luta. Para, além de comemorar os 10 anos de sua reconstrução, barrar a política neoliberal de Fernando Collor.

Os estudantes vão invadir as ruas e as delegacias do MEC em cada Estado, com a palavra de ordem FORA COLLOR E O EMENDÃO, em defesa da soberania nacional, da escola pública, pela aprovação da LDB e 1/2 entrada no cinema.

O Dia Nacional de Luta faz parte da continuidade da campanha "SAIA ÀS RUAS PRA NÃO SAIR DA ESCOLA".



Um canto para Rio Maria

Os cantores Geraldo Azevedo e Xangai realizaram, em Belém-PA, no último dia 12, o ato Show "Um canto para Rio Maria", em apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

O show, que foi aberto por Carlos Cabral, presidente do STR de Rio Maria, teve cerca de duas mil pessoas.

Na oportunidade foi lançado o livro *Rio Maria a Terra da Morte Anunciada* do escritor Moacir de Oliveira Filho, que fez, ainda, exposição de fotos e vídeo sobre o mesmo tema. O livro foi lançado também em São Paulo, no último dia 23.

Plenário é contra MP 299

O vereador João Bosco, do PCdoB de São José dos Campos, entrou com recurso contra a MP nº 299, do governo Collor no Congresso Nacional, alegando que a Medida Provisória "invade atribuição da Justiça, ao permitir a utilização de qualquer título da dívida pública na compra de estatais".

A iniciativa de João Bosco e decisão do plenário interpretou o sentimento democrático e patriótico dos cerca de 500 mil habitantes do município.

Canavieiros fazem greve

Mais uma vez os usineiros de Jaboação-PE, demonstraram uma grande intransigência, oferecendo apenas 300 cruzeiros de reajuste aos canavieiros, e retirando algumas cláusulas já garantidas nas convenções anteriores, como os 10% acima do salário mínimo.

A greve em Jaboação, onde o sindicato é filiado à CUT, alcançou 95% de paralisação.

Joel Mariano de França, membro do comando de greve e presidente do PCdoB no município, participou ativamente do movimento, desde a preparação da estratégia até os piquetes. Conseguiu-se uma tonelada de alimentos e mais uma quantia em dinheiro, através da prefeitura.

ram do debate representantes da Secretaria de Estado da Educação, representantes da Secretaria Municipal de Educação e representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Belo Horizonte e do SIND-UTE, com exposição de Jussara Marilda França e equipe.

Constituição sim, Collor não!

Em comemoração ao 3º aniversário da promulgação da Constituição Federal, dia 5 de outubro passado, foi organizado, pela União Brasileira e União de Mulheres de Belém o ato: Constituição Sim, Collor Não!, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Belém e Ananindeua. Quase cem mulheres compareceram ao ato.

Na oportunidade foram destacados os direitos das mulheres incluídos na Constituição e feito um paralelo com o Código Civil, o Código Penal, a Consolidação das Leis Trabalhistas, além dos preconceitos e costumes machistas que fazem com que parte dos avanços fiquem no papel.

A UBM, juntamente com o Núcleo Jurídico da UMB apresentaram proposta de compromisso de ações conjuntas na lista contra as discriminações às mulheres, a ser encaminhada às demais entidades, instituições e autoridades interessadas.

Solidariedade a Cuba

O 1º Encontro do Grande ABC em Solidariedade a Cuba, será realizado na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo-SP, no próximo dia 9 de novembro. Os participantes do encontro, promovido pela Associação Cultural José Martí, encaminharão formas concretas de solidariedade a um país que vem sofrendo bloqueio comercial e econômico por parte dos Estados Unidos, desde 1959.

A Paraíba diz não a Collor

A Assembléia Legislativa da Paraíba realizou no último dia 22 uma sessão especial para que se discutisse a proposta de "emenda". A sessão contou com a presença de 73 prefeitos do interior.

Falando na ocasião, o deputado Simão Almeida do PCdoB disse que o emenda "é uma armação do imperialismo para abocanhar as nossas riquezas naturais e acabar de vez com a nossa soberania. E Collor de Mello é simplesmente um garoto tarefeiro dos interesses do capital estrangeiro em nosso país". Ao término do seu discurso, Simão convocou os prefeitos para que pressionem a bancada federal da Paraíba no Congresso Nacional para que votem contra o "emenda".

Finanças para o 8º Congresso

O 8º Congresso do PCdoB, em parte importante, depende de você e sua contribuição financeira. Você que é sindicalista, dirigente de entidade, parlamentar, artista, intelectual, militante, amigo do PCdoB, faça campanha de finanças em sua área de atuação e deposite na conta:

Partido Comunista do Brasil - 8º Congresso

Banco do Brasil - Agência 2809-6 - conta nº 4065-7

e mande ao Comitê Central, à Rua Major Diogo, 834 - Bela Vista, CEP 01324 - a xerox do depósito acompanhada dos nomes das pessoas que contribuíram.

As pessoas que já contribuíram, cujo nome e o valor não apareceram ainda na relação, favor enviar xerox do depósito com sua identificação, para que possamos publicar na **Classe Operária** e no **Boletim de Organização**.

Contribuições ao 8º Congresso do PCdoB, até 23/10/91:

- Roraima, com Cr\$ 1.000,00 Marcos Montenegro, Lourival, Zilda Montenegro, José Luiz, Paulo, Edimar Oliveira, Namis, Abílio Monção, Raimundo Primeiro, Juraci, Jeosiel,

Rafael Cruz.

- Pará/Altamira, com Cr\$ 4.500,00 Ermano Fernandes.

- Rio de Janeiro/Jacarepaguá, com Cr\$ 1.000,00 Paulo Campos, José Luciano Silva.

- Bahia/Jequié, com Cr\$ 1.000,00

Raimundo Andrade, Teresa Rosana - João e Sônia, Cr\$ 5.000,00; Nelson Lago, Cr\$ 3.000,00; Maria Esther, Sindicato dos Trabalhadores em Vestuários, Cr\$ 2.000,00.

- Membros do Comitê Municipal de Jequié, com Cr\$ 1.000,00

Antonio Ferreira Menezes, Diran Lima Corrêa, Gidásio Santos Silva, Jaime de Jesus Leal.

- Santa Catarina, com Cr\$ 1.000,00

Manoel Valdemar Barbosa Filho, Matsuko Mori Barbosa; sem identificação - Cr\$ 3.000,00.

- São Paulo, com Cr\$ 5.000,00 Itamar Mendes Rocha e pessoa não identificada.

- Com Cr\$ 1.000,00, sem estado de origem: Valder Paneto.

Assine já o jornal A Classe Operária

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 2.400,00 Assinatura Semestral: Cr\$ 4.800,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 4.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 8.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Dilermando Toni

Redação: Umberto Martins, Pedro de Oliveira e Sara Seles

Projeto Gráfico: Auracébio e equipe

Diagramação e Arte: José Luiz Muñeira Reyes

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP

Fone: (011)36-7531 Telex 11-21983

Fax: (011)36-4104

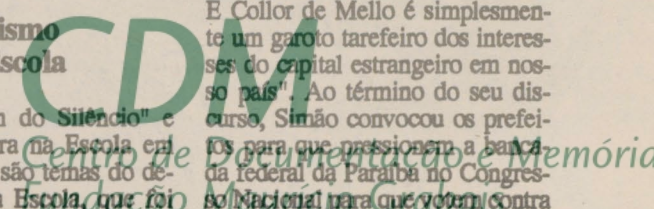
Composição e arte final: Compuart

Fone: (011) 36-0412

Impressão: Folha Gráfica S/A

Racismo na Escola

"A linguagem do Silêncio" e "A Criança Negra na Escola em Belo Horizonte" são temas do debate **Racismo na Escola**, que foi realizado dia 24 passado. Participa-



Clube fechado

OLIVAL FREIRE JÚNIOR*

Duas notícias recentes trazem à tona uma velha verdade, esquecida por muitos nos dias atuais: o seleto clube dos países ricos imperialistas é um clube impenetrável aos povos e países do resto do mundo. Vejamos as notícias. A primeira vem da nossa vizinha Argentina. O presidente Menem tem se esmerado em aplicar a receita ditada pelos norte-americanos. Enviou tropas para a agressão ao povo iraquiano, está liquidando com as estatais e abriu a exploração do petróleo à iniciativa privada. A política de dolarização da economia do Sr. Cavallo é apresentada como paradigma para os países latino-americanos. Tudo em nome da modernidade e do acesso ao Primeiro Mundo.



ao Panamá e ao Iraque. Ajudou a sufocar a revolução sandinista e agora tenta fazer o mesmo com o povo cubano. Foi ao Clube dos 7 Ricos pedir ingresso. Tudo em nome da integração mundial, de uma era sem luta de classes e da busca de um lugar ao sol, no capitalismo, para a velha Rússia.

Pois bem. Em recente entrevista à revista *ISTO É* Valeri Smirnov, assessor econômico do prefeito de Moscou, Gavril Popov, expressa o sentimento que vai tomando conta, mesmo dos setores dos novos círculos dirigentes da Rússia. Ele afirma que a "atitude do mundo ocidental visa de uma certa forma deslocar a Rússia e reconduzi-la a uma região do Terceiro Mundo". E diz que quer conhecer a experiência brasileira porque não conhece exemplo de países de Terceiro Mundo que tenha saído deste estado graças à ajuda e aos investimentos de países do Primeiro Mundo.

Para reforçar a "integração" internacional a Argentina receberá em Mar del Plata soldados norte-americanos em exercícios militares. E estão sendo mobilizadas 700 prostitutas argentinas para servirem aos soldados ianques. Triste e degradante papel para a nação irmã. Chegar no final do século ao papel de prostíbulo multinacional.

A outra notícia vem da Ex-URSS. Lá Gorbachov com as perestroika e glasnot promoveu a liquidação das sobrevivências da economia socialista existentes na URSS. Subordinou-se incondicionalmente aos EUA na política internacional. Coonestou a agressão ianque

Das duas notícias uma lição a extrair para o caso brasileiro. O caminho ao Primeiro Mundo praticado por Collor e apoiado por vastos segmentos das nossas elites é falso. Está fechado. O caminho para um desenvolvimento soberano, com distribuição de renda e de terra só poderá ser trilhado por um novo poder, democrático, popular e nacional.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

A falência das elites

SÉRGIO MIRANDA*

No início da década de 60 frequentou a lista dos mais vendidos um livro que tratava de sexo e corrupção envolvendo políticos paulistas. O livro chamava-se "A Falência das Elites". Era pura subliteratura mas, seu título, cai como uma luva para definir a atual situação do país. E não estou me referindo a Zélia e seu caso com Bernardo Cabral e sim à Collor, seu governo e às classes dominantes brasileiras.



os problemas do povo brasileiro. Enquanto o povo passa fome o sucesso do momento são os carros de luxo importados e a inauguração em São Paulo de uma loja que vende chocolates suíços à 100 dólares a caixa. A hipocrisia das classes dominantes se revela mais uma vez nesta poderosa campanha de privatização das estatais. Aqueles que faliram o Estado brasileiro através da brutal transferência de renda do setor público para as empresas privadas na década de 80, usam o argumento de falência do Estado para abocanhar o que resta do patrimônio público.

Com pouco mais de um ano e meio de mandato, chega-se a constatação óbvia que este governo não tem mais nada a oferecer ao país. Coberto de escândalos, desmoralizado, capacho de interesses internacionais, Collor aprofundou até o limite a crise brasileira. Hoje se estende amplamente a consciência de que Collor não dá mais, e é preciso que se faça com urgência alguma coisa. Aí que mora o perigo. As elites brasileiras, que jogaram toda sua influência, dinheiro e poder, para levar Collor ao governo derrotando a alternativa popular, representada pela Frente Brasil Popular, vendo que o barco está afundando, procuram descaradamente aparecer como salvadores da pátria.

A burguesia brasileira tem características que marcam de forma indelével sua trajetória, entre elas se destacam: sua postura autoritária e antidemocrática, o servilismo com o que vem de fora e o total descompromisso com

Outra campanha que vem sendo feita pela grande imprensa é a do voto distrital. A mudança do sistema eleitoral vem sendo apontada como a panacéia para resolver os problemas institucionais do país. Aproveitando-se das evidentes distorções do atual sistema eleitoral, procura-se com a implantação do voto distrital, cercear a participação das forças progressistas no parlamento tornando-o cada vez mais imune à influência popular.

O "Fora Collor" que vem sendo tão desejado pelo povo só terá conseqüências se vier acompanhado de uma nova alternativa popular e democrática para o Brasil. Este é o nosso desafio.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

EDITORIAL

Direita avança na surdina

A votação do último dia 23, no Senado, da emenda José Richa, antecipando o plebiscito sobre a forma de governo para 21 de abril de 1992 revela, com cores fortes, a profundidade da crise política em curso.

Um resultado como esse - 53 votos pela antecipação e apenas 15 contra -, é revelador do colapso do governo. Ninguém acredita mais no Planalto. O Senado vota contra o governo porque ele, na verdade, já não governa. Mas esse é o aspecto menos importante do assunto, nesse caso. Se a medida representasse um modo de repudiar a política antinacional e antipovo e a busca de um caminho democrático para afastar da vida pública tão nefasto governante, mereceria aplausos de todos os democratas. Só que, escondido sob a aparência de oposição a Collor, no fundo falso da maleta, está o voto distrital, que é o X do projeto Richa.

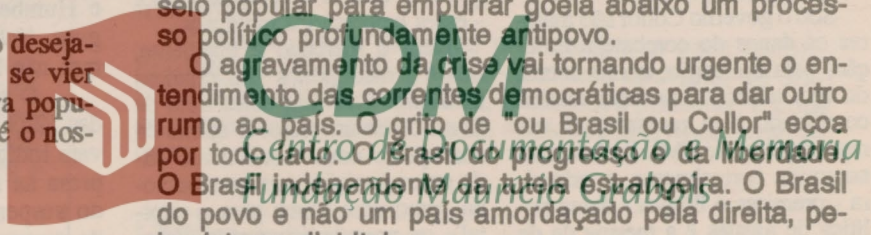
Não é por acaso que as coisas estão ocorrendo na surdina, articuladas nos corredores. Diferentemente da memorável jornada das diretas, de conteúdo avançado, que ganhou as praças públicas, agitou, discutiu, esclareceu, mobilizou a consciência nacional, a campanha de direita atual (seria melhor dizer campanha) não revela seus verdadeiros propósitos. Aparece disfarçada com a conversa fiada de "evitar turbulência em 93" - data prevista pelas disposições transitórias da Constituição para o plebiscito -, porque este colidiria com a disputa sucessória então em andamento. Quando muito, os proponentes da medida falam "em parlamentarismo". Mas o leitor verifique nos principais jornais do país do dia 24 se consta ao menos uma vez qualquer referência ao voto distrital.

É por essa essência de direita que a votação teve tanto sucesso na chamada Câmara Alta, baluarte do reacionarismo. A onda direitosa é tão intensa que, ao mesmo tempo em que o Senado fazia essa votação, a Câmara Federal aprovava a medida provisória 299, que permite entregar a Usiminas a troca de papéis poderes, e o STF negava ação que questionava a constitucionalidade da MP. Ou seja, no fundo, a direita endossa o rumo geral do governo. Apenas trata de se livrar de um presidente trapalhão, e de um sistema de governar que vai se exaurindo e tornando-se pouco seguro para realizar os interesses da grande burguesia.

Impõe-se que todas as forças com compromissos progressistas desmascarem enérgica e rapidamente a monabrá. No Congresso Nacional, é urgente que as vozes se levantem para condenar Collor mas para defender uma solução que assegure a interferência de massas nos destinos do país. Lideranças sindicais, estudantis, de moradores, deputados, vereadores, estão chamados a sair em campo para esclarecer a opinião pública contra a tramóia em andamento.

Não se condena a idéia de antecipar uma saída política para o descalabro em marcha. Esperar passivamente por 94 seria suicídio. A solução entretanto passa mais pelas ruas do que pelos conchavos de gabinete. A democracia é avessa à tramóia de utilizar o anseio popular para empurrar goela abaixo um processo político profundamente antipovo.

O agravamento da crise vai tornando urgente o entendimento das correntes democráticas para dar outro rumo ao país. O grito de "ou Brasil ou Collor" ecoa por todo lado. O Brasil do progresso e da liberdade. O Brasil independente da tutela estrangeira. O Brasil do povo e não um país amoldado pela direita, pelo sistema distrital.



NACIONAL

Brasil na UTI

EDSON SILVA*

A forte disparada dos preços, recrudescendo a inflação, fez soar o alarme na sociedade brasileira, sinalizando que há uma objetiva situação de descontrole generalizado na economia. O índice da Fipe - Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas - projeta uma inflação de 22% para outubro, contra 16,2% de setembro passado, que, por sua vez, já foi maior que os 14,4% de agosto.

O panorama do descontrole se completa com as astronômicas taxas de juros, a acelerada perda do poder aquisitivo dos salários, o aumento do desemprego e a ameaça de nova quebradeira de empresas. Nos primeiros 15 dias de outubro, as concordatas em São Paulo aumentaram 80% e as falências 16%, relativamente ao mesmo período de setembro.

Os remédios das equipes técnicas do governo Collor, ontem com Zélia hoje com Marclio, estão levando o paciente BRASIL para a UTI. Embora não o digam, há entre eles a sensação (e em nós a certeza) que, do jeito que as coisas estão, se correr o bicho (a crise) pega, se ficar o bicho come. Ainda agora, fim do mês passado, o governo Collor se disse forçado a corrigir parcialmente a defasagem cambial (relação cruzeiro/dólar), desvalorizando o Cruzeiro em 16,1% para assegurar a redução das reservas do país. Foi o suficiente para os empresários "justificarem" uma nova e absurda onda de aumentos dos preços de bens e serviços.

Falso dilema

Atordoados pelo impasse da rentante inflação, os círculos governistas pretendem, a título de solução, espremer a nação no dilema da recessão, com elevados custos sociais - desemprego maciço e mais arrocho salarial - ou o crescimento, com uma não menos devastadora hiperinflação.

Nada mais falso! A nação, seus trabalhadores em especial, está sendo gravemente penalizada pelo rotundo fracasso das políticas econômicas oficiais ortodoxas, monetaristas, heterodoxas. Do Programa de Ação Econômica do Governo, o PAEG, coordenado pelo então Ministro Roberto Campos, em 1964, ao Plano Collor II, lá se foram 14 Pacotes contra a inflação. No entanto, ela acumulou nos últimos 30 anos o espantoso índice de 702 bilhões por cento, segundo levantamento do insuspeito jornal *Folha de São Paulo*.

Sob o governo Collor são maiores os danos do combate à inflação, pela aplicação, como nunca, do receituário de arrocho salarial combinado com recessão, tal como exigido pelo FMI. Embora não assumida textualmente, a primeira - premissa e ilógica - dessa política de ajustes é a mesma da de

governos anteriores: um suposto desequilíbrio, entre a procura aquecida e a oferta. Tratar-se-ia de inverter essa equação para outro desequilíbrio, desaquecendo a procura, com o que, sobrando oferta, os preços cairiam. Daí a teimosia do governo em desestimular o consumo e incentivar a poupança, via contração do poder de compra dos salários e juros altos.

Ora, se há menor procura, se os consumidores deixam de comprar, os preços caem (em tese) e os lucros se reduzem - o que de um modo geral não tem acontecido. Ou o capital compra a briga e na queda-de-braços, por mil e um artifícios, mantém os preços em ascensão. Basta, por exemplo, que ele se decida por reduzir a produção. Além dela, caem igualmente a oferta, o investimento, o emprego, o volume de vendas e a receita do governo com impostos. E, para compensar o aumento do custo unitário dado a menor escala de produção, cai também o salário-médio, mas não os preços nem os lucros.

Assim procedem os monopólios e oligopólios. É ilustrativo o comportamento da indústria automobilística, cujas vendas não têm aumentado, mas os preços seguem subindo, mesmo com a redução de 10% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) obtida em junho. A Autolatina caminhões chegou a reduzir sua produção diária em 15,5%, trabalhando com 60% de capacidade ociosa. A indústria de cigarros, outro setor oligopolizado, somou aumentos de 357% até a 1ª quinzena de outubro, sendo que a inflação acumulada entre janeiro e setembro corrente foi de 200,14%, segundo o IGP da Fundação Getúlio Vargas. O cimento aumentou 123% entre 14 de julho e 13 de outubro, embora a inflação de julho a setembro tenha sido de 49,9%. E assim por diante.

A "ingenuidade" da secretária

Bom, depois de tudo isso, do insucesso do "congelamento", da inflação reprimida e da negociação de aumentos de preços nas câmaras setoriais, o governo passou à política de liberação de preços. Veio a explosão, ao que, numa pífia hipocrisia, a Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, reagiu: "é como se estivéssemos tratando com crianças e adolescentes." Imaginem só "minha gente" - diria o Presidente Collor - esses empresários maldosos...

Nem o mercado é obediente, nem os monopólios são crianças travessas. Cada um deles trata de livrar o seu interesse. E diante da ameaça de novo tabelamento (tido como punição, mas que funciona como uma senha para o capital), os preços dispararam. Entre

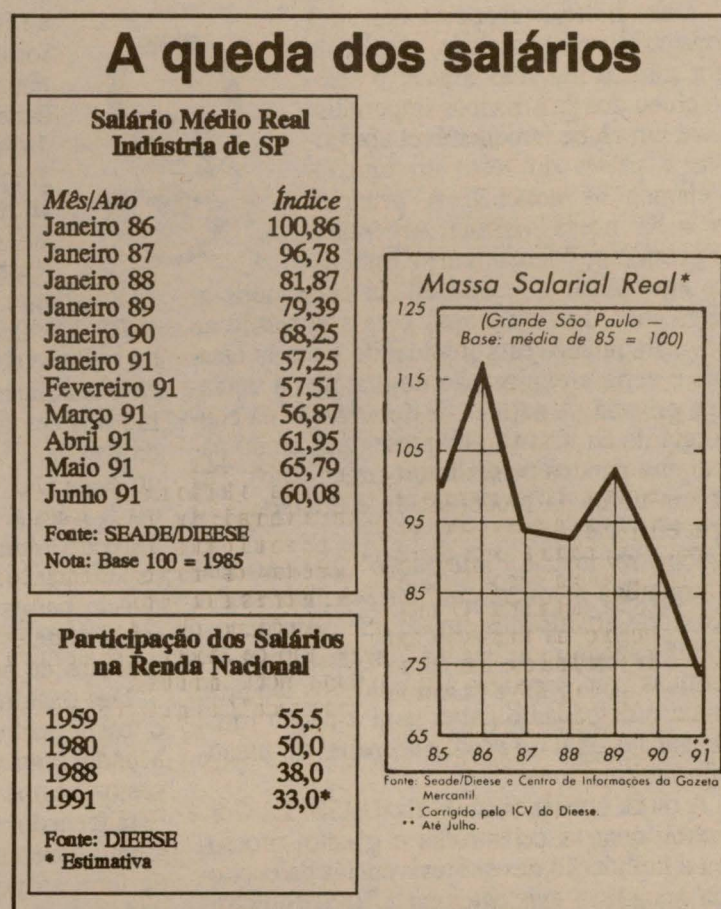
a data de sua liberação - 8 de junho - e a 1ª quinzena de outubro, a manteiga (250g) aumentou 200%, contra uma inflação de 66,14% no período de junho a setembro. O leite em pó aumentou 101,7% a partir de julho, o óleo de soja 98,5%, o arroz 71,4% e o açúcar 67,2%, frente a uma inflação de aproximadamente 50%, entre julho e setembro.

Ditadura dos monopólios

Não há seriedade, nem inquietação com as angústias do povo trabalhador, nem patriotismo em quem se orienta pela recessão e o arrocho salarial. O Brasil registra recordes de recessão e de arrocho salarial, sem que a inflação tenha sido derrubada.

A procura não é maior que a oferta. Tampouco o mercado se subordina a diretrizes ditadas pelo governo para baixar preços, golpeando globalmente os lucros do capital. O mercado, no capitalismo contemporâneo, monopolista, é que impõe suas regras; tem sua dinâmica própria, ditada pelos monopólios, ávidos por maximizar lucros e expandir seu controle. É por aí que o mercado se regula e não por esquemas teóricos dos gabinetes do Planalto. Mais ainda numa economia dependente, concentrada e monopolizada como a brasileira.

A ação implacável dos monopólios, no campo e na cidade, é uma das tenazes estruturais da crise. Desconhecê-la no enfrentamento da inflação é, no mínimo, uma quimera. Ou uma conduta consciente, emoldurada de proselitismos, para favorecer os interesses desse



ou daquele seguimento monopolista nos conflitos distributivistas interburguesia - isto é, na repartição do bolo com as diversas frações do capital, como de resto é o que têm feito os governos das elites brasileiras. Persistir nesse modelo vesgo de confrontar a inflação só aumentará a penúria dos trabalhadores.

O Brasil precisa de outro Projeto de desenvolvimento, baseado

nas potencialidades nacionais, articuladas, soberanamente, em função do progresso social. Nesse caso, a inflação será um mal menor, desde que o Poder político de forças progressistas mobilize a sociedade e, no mínimo, controle, submetendo, a intervenção predatória, usurpadora, dos monopólios.

* Presid. do PCdoB no R.G. do Sul

Violência e farsa na Brastemp

Foram apenas alguns minutos, mas o suficiente para fazer muito estrago e deixar feridos: o batalhão de choque da Polícia Militar invadiu ontem, terça-feira, 22, o pátio interno da Brastemp, onde aproximadamente 500 trabalhadores, acompanhados de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, faziam uma manifestação pacífica.

A polícia usou da tradicional truculência, jogou bombas, distribuiu pontapés e cacetadas e os manifestantes se refugiaram dentro da fábrica. A polícia não teve dúvida: invadiu o interior da fábrica, onde operários trabalhavam nas máquinas. Ninguém foi poupado na pancadaria, nem mesmo os empregados que faziam seus serviços.

No final, ficaram seriamente feridos três diretores do Sindicato, Luís Marinho, Hildo Soares e Humberto Rodriguez, mais três operários. Alguns trabalhadores foram levados à delegacia, mas não houve detidos.

O protesto na Brastemp começou por volta das 12h30 de terça-feira, 22. Os trabalhadores estavam indignados com a manobra da direção da empresa na última sexta-feira, 18: ela tinha prometido suspender as demissões, que tinham começado na terça-feira, 15.

A mentira da empresa conseguiu acabar com a greve de fome que o presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, estava fazendo desde o início das dispensas em protesto contra as demissões.

Vicentinho suspendeu a greve de fome na sexta, 18, mas as demissões, na segunda-feira, 21, estavam mantidas. A intenção da Brastemp é mandar embora 1.557 funcionários. No dia 15, ela dispensou 1.095 e prometeu botar na rua mais 462. Com o protesto de Vicentinho, que ficou quatro dias acampado na porta da Brastemp, em São Bernardo, milhares de trabalhadores da região começaram a participar de protestos na porta da empresa.

Na sexta, 18, dois diretores do Sindicato estiveram em Brasília, conversando com a secretária Nacional da Economia, Dorothea Werneck.

Ela garantiu, depois da reunião, que a direção da Brastemp não iria mais demitir. A farsa ficou evidente na segunda-feira.

A Brastemp não apenas mantém as 1.095 demissões como ainda fala em abrir voluntariado para as próximas 462. Nenhum trabalhador quer ser voluntário para perder o próprio emprego, viver na corda bamba, sem saber como sustentar sua família.

O leilão da traição

Malgrado a oposição das forças patrióticas, consumou-se, afinal, no dia 24, um grande atentado do governo Collor contra os interesses da nação e de todo o povo brasileiro: a Usiminas foi a leilão; em apenas duas horas, 75% das ações da siderúrgica estatal, a segunda em eficiência no mundo, foram vendidas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A manifestação popular realizada diante da Praça 15, no Rio, contra o ato de traição nacional foi duramente reprimida, ficando como saldo cerca de 80 pessoas feridas e 12 presos.

Como era previsível, não foi uma venda, mas uma doação. Nenhum dólar, e nem mesmo nenhum centavo do nosso combalido cruzeiro, entrará para os cofres públicos em decorrência da transferência acionária. O meio de pagamento na transação, ou negociata (certamente um termo mais adequado), foi a chamada

Ato em defesa da Usiminas

Realizou-se no último dia 22, terça-feira, no saguão da Câmara dos Vereadores de São Paulo, um importante ato em defesa da Usiminas. Contando com a presença de cerca de 300 pessoas, esta atividade faz parte da campanha levada adiante pelas forças democráticas e patrióticas que se reúnem para lutar contra a privatização da Usiminas. O Comitê em Defesa da Usiminas, é integrado pelo Modecon (Movimento em Defesa da Economia Nacional), pela CUT e CGT, pela UNE e UBES, pelos partidos PCdoB, PSB, MR-8, entidades de mulheres, jovens, etc.

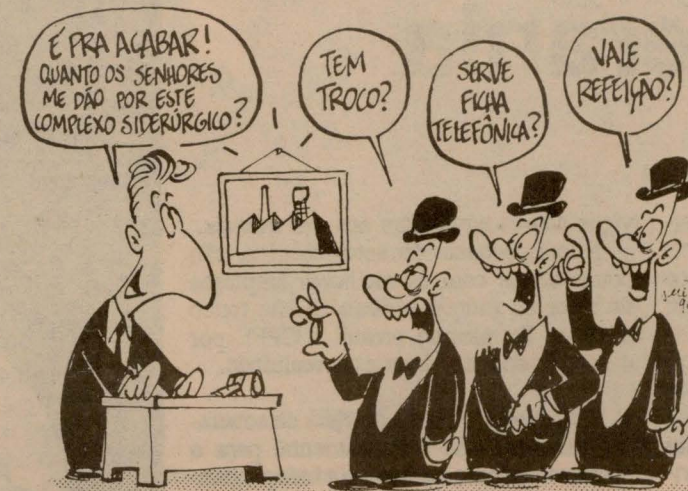
No saguão da Câmara, além de dezenas de entidades, movimento de bairro, movimento popular organizado, sindicalistas, estavam presentes personalidades importantes, como a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, professor Euzébio Rocha, do PDT, Terezinha Zerbini, da Confederação das Mulheres do Brasil. A mesa diretora dos trabalhos era também integrada pelos deputados estaduais Jamil Murad, PCdoB, Gilson Meneses, PSB, pelos vereadores da Capital, Vital Nolasco, PCdoB, Lídia Corrêa, PMDB e do PT estavam Tereza Lajolo, Henrique Pacheco e Mauro Puerro.

A amplitude e a representatividade da mesa, o tom dos discursos e as palavras de ordem gritadas unitariamente pelos presentes, indicam, com precisão, que se esboça e toma força, em nosso país, a construção de uma frente democrática, progressista e patriótica, que defende a soberania nacional, os interesses da pátria e da nação brasileira.

"moeda podre", títulos de dívidas do governo federal (externa e interna como os Títulos da Dívida Agrária), cujo valor real há muito representava alguns poucos centavos do valor unitário original de face. Benevolência de entreguista.

Até o fechamento desta edição, na noite do dia 24, ainda não se tinha notícias sobre quais os grupos que participarão majoritariamente do controle acionário da Usiminas. Também pouco se sabia sobre a participação do capital estrangeiro no leilão, embora houvesse comentários de que teria ficado aquém das pretensões coloridas. Mas uma certeza se firmava: o leilão realizou-se contra a vontade das forças políticas e personalidades mais lúcidas e honestas da nação. Contrariou os interesses da pátria.

Ainda no dia 24 os jornais do Rio de Janeiro reproduziram uma nota intitulada "A pátria ameaçada" (assinada por personalidades políticas de reconhecido prestígio como Barbosa Lima Sobrinho, Leonel Brizola, Lula, João Amazonas e Jamil Haddad e Miguel Arraes entre outros, repudiando o leilão e o programa de privatização do governo Collor. Foram realizadas manifestações em Minas Gerais e São Pau-



lo (veja matérias abaixo) contra a venda. "Se o Parlamento e as elites conscientes da Nação cedem a Usiminas, estarão ameaçadas a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, a Embratel, o Banco do Brasil e tudo o mais que o povo brasileiro construiu com dificuldades, obedecendo a uma visão estratégica de desenvolvimento e independência", conforme a nota "A pátria ameaçada".

Cerca de 1.500 pessoas ficaram concentradas em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde se realizou o leilão, em protesto contra a privatização. A indignação era grande entre os manifestantes. Por volta das 12 horas, um grupo, segundo algumas testemunhas, "de provocadores", tentou quebrar o cordão de isolamento armado com grades de ferro pela polícia (cerca de 600 policiais, 500 deles PMs, foram mobilizados para "garantir o leilão"), que reagiu com fúria, jogando indiscriminadamente bombas de gás lacrimogêneo contra os populares que participaram do ato de

protesto. Houve reação e o conflito se generalizou, resultando em dezenas de pessoas feridas. Mais tarde ocorreram novos confrontos e quando foi divulgado o fim do leilão, com a consequente venda da Usiminas, os populares perderam a calma e tentaram quebrar o cordão que os isolava da Bolsa de Valores. A polícia reagiu e o conflito deixou um saldo de 80 pessoas feridas e 12 detidos.

protesto. Houve reação e o conflito se generalizou, resultando em dezenas de pessoas feridas.

Mais tarde ocorreram novos confrontos e quando foi divulgado o fim do leilão, com a consequente venda da Usiminas, os populares perderam a calma e tentaram quebrar o cordão que os isolava da Bolsa de Valores. A polícia reagiu e o conflito deixou um saldo de 80 pessoas feridas e 12 detidos.

A deputada federal do PCdoB, Jandira Feghali, que participou todo o tempo da manifestação, denunciou indignada, a postura traiçoeira de partidos como o PMDB, e especialmente o deputado federal César Maia, assim como uma parcela do PSDB, "que se renderam e fizeram coro com o entreguismo". Jandira também protestou contra a atitude truculenta da PM. Já o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Paulo Protásio, mostrava-se satisfeito com a reação policial, afirmando que na tentativa frustrada do leilão anterior os manifestantes haviam feito "falta na área, agora é penalti", como se soubesse das intenções repressivas da PM. (da sucursal-RJ)

Mineiros contra Collor defendem Usiminas

Dia 17 de outubro o governador de Minas Gerais resolveu, afinal, dizer o que o povo mineiro já sabia. Hélio Garcia mostrou-se disposto a ir para o caos, como fiel escudeiro de Collor, e defendeu a privatização da Usiminas. Enquanto o governador se distancia cada vez mais dos interesses de Minas Gerais a população organizada se decide pelo Brasil. É contrária não apenas à doação do patrimônio, mas reafirma seu repúdio ao projeto neoliberal e antinacional do ocupante do Palácio do Planalto.

Ao mesmo tempo em que Hélio Garcia gastava dinheiro do povo para publicar matéria paga em quase todos os jornais do país, demonstrando sua submissão ao presidente, realizou-se em Belo Horizonte, na Praça 7, um ato contra a privatização da Usiminas. Compareceram mais de 300 pessoas e personalidades políticas de destaque regional e nacional, além de entidades sindicais e populares.

No mesmo dia 17, às 21 horas, 1.500 pessoas compareceram à Assembléia Legislativa, dando continuidade ao ato da Praça 7. O prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta, manifestou-se contra o tratamento de terror de Collor sobre o povo de Ipatinga, por querer desestruturar o município privatizando a Usiminas. Propôs a criação de um fundo dos trabalhadores para



Manifestação contra a privatização na Praça 7 em Belo Horizonte

gerenciar a empresa, o que, segundo ele, garantirá o patrimônio público, bem como assegurará a sua democratização e sua rentabilidade. O Dr. Aureliano Chaves, ex-

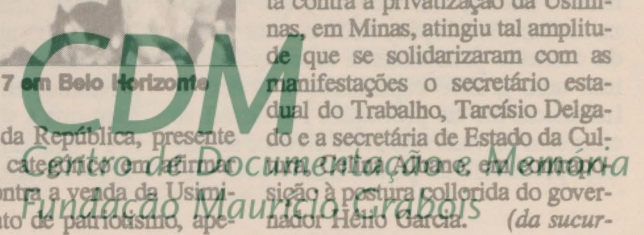
presidente da República, presente ao ato, foi categórico em afirmar que "ser contra a venda da Usiminas é um ato de patriotismo, apesar de que no Brasil de hoje, por

força dos detentores do poder, patriotismo está se tornando uma palavra anacrônica. É preciso não esquecermos de que patriotismo neste momento significa soberania nacional. Pátria é a nação que nós amamos e defendemos".

No dia 22, os mineiros voltaram às ruas, desta vez numa passeata que reuniu mais de 5 mil pessoas que, saindo da Praça 7, percorreu as ruas centrais de Belo Horizonte.

Foi grande o apoio da população que, com aplausos e papéis picados, solidarizou-se com o ato contra a privatização. Esteve presente o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva que, anteriormente, havia visitado Aureliano Chaves e, com ele, feito uma declaração conjunta esclarecendo que estava na mesma trincheira de luta em favor da soberania nacional.

Um grande mural do PCdoB, com os dizeres "Ou o Brasil ou Collor", fez grande sucesso enquanto era carregado na passeata. A luta contra a privatização da Usiminas, em Minas, atingiu tal amplitude que se solidarizaram com as manifestações o secretário estadual do Trabalho, Tarcísio Delgado e a secretária de Estado da Cultura, Maria Lúcia de Almeida em uma sessão à pastura colorida do governador Hélio Garcia. (da sucursal-MG)



Não há desenvolvimento sem soberania

Entrevista com Rogério César Cerqueira Leite

O professor Rogério César Cerqueira Leite, é renomado físico, conhecido internacionalmente como defensor da soberania nacional, em especial no campo da tecnologia. Teve grande repercussão na sociedade, artigo de sua autoria publicado na *Folha de São Paulo* do dia 10 de outubro contra a privatização da Usiminas. Suas idéias, seus posicionamentos e escritos, têm contribuído para a instrumentalização dos setores democráticos e patrióticos, contra a privatização das estatais, patrimônio do povo brasileiro. O Prof. Rogério recebeu Dilermando Toni, Lejeune Mato Grosso e Sérgio Benassi da *Classe* em sua casa, para entrevista, no último dia 16 de outubro.

A Classe: Nosso Jornal, dentro da sua linha editorial, tem aberto espaço em suas páginas, para denúncias, críticas e tentativas de entrega do patrimônio do povo ao setor privado e às multinacionais. O Sr. como prestigiado cientista, tem defendido a empresa estatal. Dessa forma, gostaríamos de discutir os vários aspectos dessa questão, em especial a política neoliberal do governo Collor, as estatais e seu funcionamento e outros problemas.

Prof. Rogério: Eu tenho feito a defesa da empresa estatal já há algum tempo, através de artigos que tenho escrito em diversos órgãos de imprensa. Não que isso signifique a defesa absoluta que o Estado tenha o domínio e o controle de tudo, mas continuo aderente a um modelo que objetive tirar o que há de melhor das empresas estatais combinadas com as chamadas leis de mercado. Temos que ver quais são realmente as áreas que o setor privado deve atuar. Onde funcionam naturalmente as leis de mercado, não há nenhum problema para a atuação do setor privado e o Estado não deve estar presente. Nesses setores, defendendo inclusive a participação especial do capital nacional. Há setores onde as leis de mercado não funcionam, ou seja, nos setores onde houver a possibilidade de formação de cartel, oligopolização ou que mesmo a monopolização for desejável, nesses setores o Estado deve estar presente. É clássico o caso do setor elétrico. Não é possível haver concorrência, como por exemplo chegar com 50 fios para o consumidor escolher de qual empresa comprará energia elétrica. Nessa circunstância, o setor oligopolizado acaba fixando preços. O Estado, no mundo inteiro, tem mostrado que funciona melhor. No Japão, onde o setor privado controla praticamente tudo, o Estado tem uma grande capacidade e poder de influência até na produção. No Brasil as empresas privadas do setor elétrico se tornam praticamente parasitárias e seus ser-

viços não se equiparam aos das estatais.

Nossas estatais do setor elétrico, são competitivas com as melhores empresas do setor no mundo e disso eu não tenho dúvidas. Eu mesmo presidi a CPFL por 4 anos, e conheço bem essa realidade.

A Classe: Do ponto de vista da soberania nacional, não é fundamental para o desenvolvimento autônomo e independente do país o governo estar presente em alguns setores estratégicos da economia brasileira, como é o caso da siderurgia?

Prof. Rogério: Há setores claros onde o Estado tem que interferir diretamente. Um desses setores é o da siderurgia. Em vários países do mundo a siderurgia teve um grau de estatização bastante elevado. As poucas exceções são os Estados Unidos por razões óbvias, culturais, de política, etc. E no Japão, onde as diferenças entre o setor privado e o Estado não se fazem como em outros países. O poderoso Miti fixa até níveis de produção, preços, etc. Até a Coreia, que é dada como exemplo de Estado com pouca participação na economia nacional, tem a sua siderurgia quase 80% estatal. O país que tem uma legislação anticartel das mais fortes são os Estados Unidos. Para isso, é preciso inclusive uma poderosa máquina estatal pública federal, que diga-se de passagem, ao contrário do que se alardeia, a americana é bem maior proporcionalmente que a brasileira. Nós temos apenas 10% da população economicamente ativa ligada ao setor público, enquanto nos EUA esse índice chega a 18%. É engano você pensar que tirando a empresa estatal de determinados ramos da economia, você deixa mais liberdade. Isso não existe. São idéias do século XIX. Nós não temos uma legislação anticartel, mas sim uma imitação de leis que quase não têm eficácia. Não temos uma política industrial e outras que permitam realmente que as tais leis de mercado funcionem.

Por ser realmente escasso o capital nacional, ele deveria ficar restrito para as áreas onde ele é realmente mais eficiente. Por exemplo, na produção de sapatos. Se até nessas áreas está faltando capital, imagine nas áreas estratégicas da economia. A siderurgia exige muito capital, de forma que ela não é a área em que a imaginação individual atua com mais facilidade. Nesse setor, mundialmente falando, o capital privado fica mais inibido. Mesmo na Alemanha, há formas de proteção à sua siderurgia, ou mecanismos disfarçados onde a presença do Estado se faz sentir, apesar desta ser oficialmente privada. Os dados mais recentes, com as privatizações feitas por Thatcher, nos mostram que a siderurgia inglesa não melhorou e está pouco competitiva, em comparação a outros países. Mesmo a siderur-



Lejeune Mato Grosso

Cerqueira Leite defende tecnologia nacional

gia francesa que não é muito competitiva, ainda é melhor que a inglesa. Nesta área de siderurgia está mais do que claro que a privatização não traz nenhum benefício, pois imobiliza capitais em demasia, e eventualmente o capital estrangeiro que poderia entrar no país, poderia ir para outras áreas mais importantes da economia.

A Classe: Os setores democráticos e nacionais, vêm enfrentando imensas pressões, especialmente as internacionais, para que a economia brasileira seja aberta completamente, impondo-se ao país um modelo de desenvolvimento neoliberal que retira a sua soberania nacional. Um dos argumentos desse discurso diz que o Estado é fator de baixa produtividade insuficiente volume de produção. Diz-se também que o Estado ao intervir na economia gasta muito e emprega em demasia, se comparado ao setor privado. Como o sr. vê essas questões?

Prof. Rogério: Vamos ser absolutamente honestos: existe um ponto fraco na empresa estatal, que é a intervenção dos políticos na gestão pública. É o cabide de empregos, os apadrinhamentos políticos. Acho que da mesma maneira que o Brasil ainda não está preparado para utilizar o que existe de aceitável nas leis de mercado, ainda não está preparado adequadamente para ter as suas empresas estatais eficientes. Mas, quero registrar que ainda assim, temos empresas estatais de grande eficiência. Esse problema da eficiência torna-se motivo de atrito entre os administradores e os setores políticos. Eu defendo o concurso público como forma de ingresso na empresa pública estatal. Internamente, também, a evolução funcional deve ocorrer por concurso. Temos que montar um sistema eficiente de fiscalização na própria empresa, com Conselhos de Representantes, com participação dos trabalhadores. Com um sistema assim, poderemos ter uma empresa eficiente, sem in-

terferência política. A estatal por natureza não tem problemas de eficiência. É preciso que os trabalhadores das empresas estatais saibam quais são os seus direitos, para que se sintam parte do processo, seus donos. Sou contra o corporativismo. Já até registrei a minha opinião contra o corporativismo da Petrobrás, que combate o Programa do Álcool, do qual sou a favor. Se um ou outro usineiro ficou rico nesse processo, não é a questão central. O Programa do Álcool é um grande projeto de energia para o Brasil.

A Classe: Os defensores do neoliberalismo, que vêm falando em "Estado mínimo", "Estado leve", ou seja um Estado que não tenha nenhuma responsabilidade com o desenvolvimento nacional, seria o caminho para um desenvolvimento nacional independente?

Prof. Rogério: Quando os primeiros "australopithecus" se encontraram e chegaram à conclusão que era melhor viver em sociedade e que para isso seria preciso uma autoridade, chegou-se à conclusão que é necessário o Estado, e isso implicaria na redução de algumas liberdades individuais, para que possamos viver em harmonia e para tirarmos proveitos dessa agregação. É claro que o Estado deve intervir de uma forma ou outra, para garantir os direitos coletivos, mas sem excessos. Se não, poderemos ter uma anarquia. A história mostra essa trajetória. Houve momentos com menos ou mais intervenção do Estado. Vivemos um momento que, historicamente, pode-se reduzir a presença do Estado. Tudo isso é até um aprendizado. Houve momentos na Europa, na Inglaterra, onde a presença do Estado era forte e isso reduziu a competitividade de algumas indústrias britânicas, que perdiam em concorrências com outras do Mercado Comum Europeu (no caso dos setores têxteis, isso ficou muito claro). Centralizou-se até as pesquisas,

a tecnologia. Desenvolvida, que deveria ser objeto de competitividade. Agora estão fazendo o exemplo contrário. Vamos aprender, deixar com que eles quebrem a cabeça. Acho que daqui a 20 anos essa experiência do neoliberalismo, vai ser uma questão histórica. Não podemos nos engajar nesse processo, sermos cobaias. Já vimos que nos EUA esse modelo não deu certo, pois estes perderam a competitividade. As indústrias que internacionalmente se tornaram competitivas, não são por causa delas próprias, mas porque encontraram em seu "habitat" condições especiais, e se especializaram na produção de determinados itens. Tiveram também proteções, fluxos de conhecimentos, privilégios internos, investimentos em tecnologias, etc. Veja o caso da indústria aeronáutica americana. As forças armadas americanas exigem que estas sejam as melhores do mundo, e são protegidas.

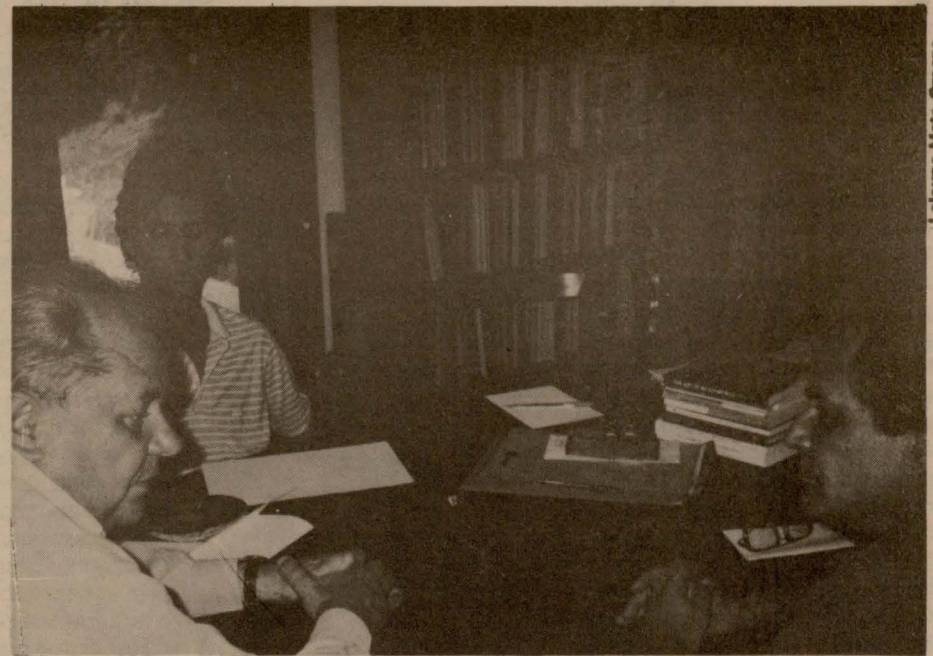
A Classe: Queríamos que o Sr. comentasse a questão dos subsídios existentes em determinados itens produzidos pelas nossas estatais que beneficiam os setores privados.

Prof. Rogério: Essa questão dos subsídios teve um componente maquiavélico, mas teve também a sua justificativa pragmática. As tarifas foram de fato mantidas extremamente baixas como forma de transferência de capitais do Estado para o setor privado. São exemplos do setor siderúrgico, petróleo, etc. Houve de fato essa transferência. Acho que havia, em parte, até boas intenções nisto, para segurar a inflação. O que não quer dizer que eu ache isso correto. Enfraquecer economicamente as empresas estatais era uma necessidade de um governo que se dizia "liberal". Era preciso "adoecer" as empresas estatais, que, enfraquecidas, ficariam mais sem "poderes". Isso em uma fase onde também as corporações internas dessas estatais começaram a ficar mais fortes. Aqui registre-se que o problema não foi o sindical. Precisamos fazer essa dis-

tinção. A corporação interna defende interesses apenas da entidade e não os dos trabalhadores e da sociedade. São burocratas de direção, os políticos de grandes cargos e em alguns momentos grupos de operários. As estatais hoje não são mais deficitárias apenas porque precisam, mas sim porque mais da metade do seu faturamento vai para o pagamento de juros e serviços de dívidas assumidas para cobrir "rombos" surgidos em seu caixa exatamente pela política de subsídios deliberadamente implementados. Uma estatal paulista de energia, por exemplo, nunca seria deficitária se os preços internacionais fossem observados.

A Classe: Sobre essa onda de privatizações generalizadas que estão ocorrendo em toda a América Latina, como se insere o Brasil nesse contexto. Não poderíamos dizer que essa "idéia" é brasileira. Ela é uma política deliberada e imposta internacionalmente ao nosso país. O que o sr. acha disso?

Prof. Rogério: Em nosso país há pessoas que ganham, ou procuram ganhar com o "jogo das privatizações". Isso se torna um meio de ganhar dinheiro, especialmente as que funcionam como intermediárias, os profissionais. Isso sempre houve. São "especialistas" em fazer essas coisas, são os "famosos" em fazer isso, sabe-se até os nomes dessas pessoas, mas estes não vêm à tona. Seja estatizando ou privatizando, esses indivíduos existem. Esse fator, no entanto, é o menor deles. Há o componente ideológico nessa questão. Estou convencido que o fator dominante, se vemos a média do pensamento brasileiro hoje, é diferente da média de 10 anos atrás. Acho que o povo era mais para o lado do socialismo do que hoje. Houve uma reversão nessa tendência, com a força da propaganda, das influências internacionais, etc. Também tem o governo, que apesar da sua filosofia meio confusa, defende, como disse em meu artigo na *Folha*, posições da época do governo Geisel e de seu chefe do gabinete ci-



Carqueira Leite conversa com a equipe da Classe

vil, general Golbery. O governo Collor se equivoca, em minha opinião, com relação ao posicionamento internacional com relação ao Brasil. Eles acham que se o governo fizer um "carinho" nos americanos, estes farão um carinho de volta. Não conhecem a história da diplomacia americana. Sempre que os países deram uma demonstração de fraqueza, as exigências aumentaram, mais e mais. Isso é em qualquer relação internacional e não é que eu seja contra americano. Pode-se ver pelo que está acontecendo agora, com a sequência de concessões que o Brasil fez, a partir do começo do governo Sarney, com *software*. No dia seguinte as exigências aumentaram. Os americanos só respeitam os seus iguais, aqueles que os enfrentam. Isso não significa a declaração de guerra, mas enfrentá-los no plano político, diplomático. E a única maneira de se conviver nessa ordem internacional, mesmo que você não seja o mais forte, você tem que dar uma "de durão". Um cachorro maior não comerá a comida do menor, se este reagir. O brasileiro deve fazer a mesma coisa, ou seja, os Estados Unidos devem ser encarados como um "cachorrão". Não vamos brigar diretamente com eles, mas defenderemos o "nosso prato". O que o Collor quer fazer é entregar "o prato" para eles.

A Classe: Gostaríamos que o Sr. comentasse, do ponto de vista histórico, essas colocações sobre a conquista da soberania nacional dos países, se temos algum exemplo de nação que se tornou independente entregando suas empresas, suas riquezas para outras mais desenvolvidas.

Prof. Rogério: Certamente a história não registra nenhum país que tenha chegado ao desenvolvimento por esse caminho. Há países que tiveram outras formas de desenvolvimento. O exemplo desses casos especiais é o do Canadá, que sempre manteve com os EUA uma relação de ambivalência. Lá existiram concessões ao capital americano, ao mesmo tempo que assumiam posições políticas que se protegiam como nação, com independência. Isso em especial na questão tecnológica, onde são muito avançados. Acho que, lamentavelmente, o Brasil vai passar por uma fase de transnacionalização. Não podemos evitar isso, principalmente nos campos tecnologicamente mais avan-

ços. É uma tendência geral, que possa talvez ser até benéfica para a humanidade como um todo. Entretanto, é preciso sempre consolidar essas relações, fortalecendo as suas bases, ou seja, até se necessário pagarmos para fortalecer e não enfraquecer as nossas bases. Quando o Japão no passado autorizava algumas parcerias internacionais com empresas estrangeiras, as coligadas nacionais passavam por um escrutínio onde tinham que demonstrar ao governo japonês que, ao final do seu contrato, seriam capazes de absorver tecnologia e se equiparar à empresa estrangeira. A base das *joint-ventures* deve ser uma certa igualdade tecnológica. A empresa tem que estar amadurecida.

A Classe: Quais as consequências concretas para o nosso país, caso a Usiminas seja efetivamente leiloadada como anunciou o governo?

Prof. Rogério: Nós só aprendemos quando erramos. Hoje, a sociedade brasileira foi "convencida" que a privatização será a sua salvação. É muito fácil "convencer a população de qualquer coisa, quando o estado de insatisfação é muito grande. O povo brasileiro está angustiado pela inflação, arrocho de salário, miséria, desemprego. Qualquer coisa que se ofereça hoje, a população pode aceitar. Acho que muitas pessoas que hoje defendem a privatização entre o povo, acham que isso poderá salvar a situação do país, que será uma saída. Eu acho que é muito difícil evitarmos um início de processo de privatização em nosso país hoje. Ainda que o processo esteja cheio de erros, ele será iniciado. Mas tudo isso servirá como um aprendizado para o nosso povo. Infelizmente, isso será um grande mal, pois estão começando as privatizações com uma empresa que está indo muito bem, lucrativa.

Acho que será difícil revertermos por ora essa situação. Vejam o caso da Carabba Metais, na Bahia, onde, após a sua privatização, os preços do cobre triplicaram no mercado interno. No caso da Usiminas, não haverá grandes investimentos privados para o seu desenvolvimento. Tenho a impressão que a privatização da Usiminas irá prejudicá-la, mas isso ainda não sabemos ao certo. Não podemos provar que o programa de privatização é equivocado.

Quem é o Prof. Rogério César Cerqueira Leite

Paulista de Santo Anastácio, prof. Rogério tem 60 anos. É graduado em engenharia eletrônica pelo ITA, em 1958, fez doutoramento em física em Paris, na área de física dos sólidos. Passou 8 anos no Bell Laboratories, especializado em telecomunicações, nos Estados Unidos. Em 1970, quando voltou ao Brasil, assumiu a diretoria do Instituto de Física da Unicamp. Foi Coordenador Geral das Faculdades da Universidade Estadual de Campinas, onde hoje é professor emérito. Por mais de uma vez, foi eleito pelo voto direto da comunidade acadêmica para o cargo de Reitor, mas sempre foi preterido por vetos oriundos da Casa Militar do governo federal.

O Prof. Rogério presidiu por 4 anos seguidos, durante o governo Montoro, a companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, uma estatal de energia de São Paulo. Atualmente, preside a Codetec - Companhia de Desenvolvi-

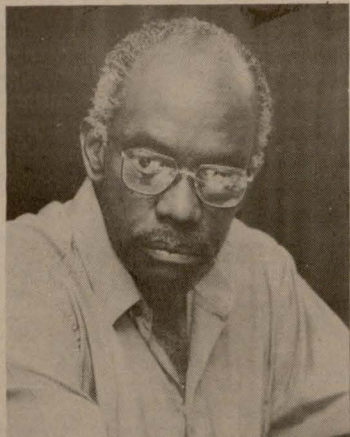
mento de Tecnologia, que fica em Campinas. Esta empresa, juntamente com o Ciatic - Centro de Alta Tecnologia; o CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, da Telebrás, o CTI - Centro de Tecnologia Industrial; e o Laboratório "Síncrotron", do qual também é presidente, constitui na atualidade, um dos maiores, senão o maior, pólo de produção e desenvolvimento de alta tecnologia nacional, que agrega grande quantidade de cientistas e pesquisadores do nosso país.

O prof. Rogério lança no próximo mês, mais um dos seus livros, tratando de assuntos relacionados com a música. No campo da física, também publica um livro, em breve, sobre o *quartzo*. No campo intelectual, além de artigos científicos para inúmeras revistas, prof. Rogério colabora periodicamente com o jornal *Folha de São Paulo*, do qual é membro do Conselho Editorial.

Negro impedido de ser diretor

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG -, referência latino-americana de ensino técnico de segundo e terceiro graus, encontra-se com suas atividades parcialmente paralisadas e as dependências do Grêmio ocupadas por alunos, desde 15 de outubro. Tudo isso em repúdio ao desrespeito do ministro da educação, José Goldenberg, ao resultado das eleições para diretor daquela instituição.

Em 10 de abril de 91, o CEFET/MG realizou eleições para diretor. Concorreram 9 candidatos. Venceu o professor Carlos Alexandrino dos Santos, professor lá há 23 anos, negro e filho de ex-jardineiro da escola. Na hora do resultado, o professor ouviu do diretor Wilton S. Matos: "esse negro ganhou, mas não leva". De lá para cá os comentários racistas se espalham: "pelo menos econo-



Carlos Alexandrino, discriminado

mia de cortina o CEFET vai fazer, porque basta o diretor entrar para escurecer tudo".

Os 6 candidatos mais votados tiveram seus nomes encaminhados a Brasília. A nomeação deveria ocorrer até junho, entretanto, só

dia 17 de outubro ela aconteceu. Foi nomeado o professor Luiz Fernando Guimarães, segundo colocado na eleição, mas apadrinhado da diretoria anterior. O ministro José Goldenberg desrespeitou não apenas o resultado eleitoral, mas compactuou com um processo descarado de discriminação racial.

Desde abril o clima no CEFET é de muita tensão, em especial porque à época das eleições quatro candidatos assinaram e registraram em cartório documento onde garantiam que em respeito à democracia e pela sua consolidação, os candidatos derrotados não aceitariam assumir o cargo, mesmo se nomeados pelo Ministério. Tanto o professor Carlos Alexandrino como Luiz Fernandes assinaram o documento. Mas eram evidentes as gestões no sentido de prejudicar Carlos Alexandrino.

Movimento Negro se mobiliza

Dia 18/10 entidades do Movimento Negro de Minas, Casa Dan-dara e MNU, realizaram um ato de repúdio e denúncia com participação do Grêmio, Associações dos Docentes, dos Servidores, e dos Pais e Mestres do CEFET, vereador Sérgio Miranda do PCdoB, União Brasileira de mulheres e Movimento Popular da Mulher.

O professor Carlos Alexandri-

no foi recebido pela comunidade cefetiana presente em clima de muita emoção e choro, com os alunos vestidos com túnicas pretas.

A presidente da Associação dos Docentes informou que toda essa tramóia, que se utiliza até do crime da discriminação racial, objetiva encobrir o mar de corrupção que existe na instituição, que deixa rastros inclusive na cantina onde se encontram caixas de ús-que importado e pacotes de fraldas descartáveis, coisas que evidentemente não são usadas pelos alu-

nos.

O professor Carlos Alexandrino falou na ocasião: "eles dizem que o critério da nomeação foi a competência. Qual competência, se eu e o nomeado temos currículos que se equivalem, além do que eu venci as eleições. Não há um só negro na galeria de retratos de ex-diretores. No dia em que eu assumir, garanto a vocês meus alunos, queimaremos essas túnicas do luto que vocês estão vestindo em ato solene, pela democracia e contra o racismo.

Deputado é terror em Marabá

Joatan Ribeiro Lima, ex-motociclista particular e da prefeitura de Marabá-PA, está sendo ameaçado de morte pelo deputado estadual e poderoso fazendeiro, Osvaldo (Vavá) Reis Mutran, do PDS local.

Tudo começou devido a uma discussão entre Joatan e Vavá Mutran. O deputado chamou-o de ladrão. Joatan respondeu que "ladrão era ele" (Vavá). Vavá chamou-o de moleque. Novamente Joatan respondeu a ofensa: "moleque eu seria se fosse filho de sua mãe". Isso foi o bastante para que Vavá Mutran mandasse prendê-lo em cativo, na fazenda "Vira Sebo", de sua propriedade, para posteriormente matá-lo.

Nessa fazenda existe um cemitério clandestino, onde as vítimas do proprietário são enterradas.

Evidentemente Joatan constituía uma ameaça para a família Mutran. Há muitos anos trabalhando na fazenda, assistindo todo tipo de violência praticada contra os trabalhadores tanto das fazendas como da prefeitura, o entrevistado tornou-se uma pessoa indesejada e perigosa para o clã dos poderosos.

Com apenas 33 anos, casado, ganhando um ínfimo salário de Cr\$ 7.500, por mês até setembro passado, Joatan procurou a polícia local, após fugir do cativo. Fez a denúncia, alegando que queria matá-lo para "queima de arquivo" e, que só encontrou ajuda na Polícia Federal, pois as polícias Estadual e Municipal são coniventes com os crimes executados a mando de Vavá Mutran e sua família.

Joatan lamenta tudo isso que está acontecendo e afirma: "é triste estar contando essas coisas, mas acontece muito mais que isso nas fazendas e na prefeitura".

Donos de Marabá, a família Mutran está em todas as partes.

Vavá, deputado; Osvaldo Mutran Junior, marido da juíza; Guido Mutran, vereador; Nagib Mutran Neto, prefeito, acusado de mandante de um crime perpetrado em um castanhal localizado no km-14 da rodovia PA-150; Ezilda Pastana, nora de Vavá, juíza. O povo de Marabá está ilhado.

As crianças e idosos de Marabá também são vítimas dos déspotas.

Eles praticam abusos de todo os tipos contra crianças de 7 a 11 anos, que são obrigadas a trabalhar na Secretaria de Obras Públicas da cidade, por um salário de 500 a 1.500 cruzeiros por semana.

São cerca de 70 a 80 pequenos, que dão duro a semana toda porém, na hora do pagamento, "Vavá Mutran obriga as crianças a praticarem sexo uma com as outras.

São espancadas com 'cinturão', fazem descontos injustos e não assinam a carteira profissional dos funcionários", desabafa Joatan.

Tudo isso acontece no dia do pagamento. Aqueles que não obedecem, não recebem pelo trabalho desenvolvido durante a semana.

Denúncia

Joatan nos procurou a fim de divulgar a violência que assola Marabá, com a clara intenção de que alguma providência seja tomada e visando evitar e deter esse clima de intranquilidade que a população está submetida.

A deputada Socorro Gomes, do PCdoB do Pará, tornou pública as denúncias feitas por Joatan. Com a ajuda de pessoas ligadas a igreja, a vítima deu depoimento na CPI da Câmara dos Deputados de Brasília, onde contou detalhadamente tudo o que passou com os seus filhos e com os seus anos que viveu sob o comando de Vavá Mutran e família.

Solidariedade

O movimento pela democracia e contra o racismo no CEFET solicita às entidades do movimento negro, sindicais e populares, bem como aos democratas e progressistas que denunciem amplamente o fato, realizem manifestações de repúdio e telegrafem ao Ministro da Educação dizendo da sua indignação e exigindo a nomeação do professor Carlos Alexandrino.

Para contatos pode ser usado o seguinte endereço: CEFET/MG; Avenida Amazonas; 5223-BH;MG.

Unegro realiza as maiores assembléias

No dia 14 de outubro, encerrou-se o prazo para tirada de delegados para o Encontro Nacional de Entidades Negras, marcado para o período de 14 a 17 de novembro na cidade de São Paulo. Na última reunião da Executiva Nacional do Encontro, contabilizou-se 495 delegados, podendo chegar a 600.

As duas maiores assembléias realizadas no Brasil foram da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). A primeira foi da UNEGRO/BA, com 153 presentes o que deu direito a uma representação de 31 delegados. A segunda foi da UNEGRO/SP, com 139 pessoas, dando direito a 28 delegados.

Além da surpresa, pois a UNEGRO existe há apenas 3 anos na Bahia e menos de um ano em São Paulo, o fato motivou a

tentativa de virar a mesa. Na reunião da executiva, algumas entidades tentaram, sem sucesso, prorrogar o prazo para tirada de delegados e mudar outros critérios aprovados há mais de um ano.

Estas entidades recebem financiamento de agências do exterior ou estão atreladas a aparelhos administrativos, o que lhes possibilita dispor de muitos recursos. Apesar disto, não tiveram sucesso nas suas assembléias. O CEAP (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas) do Rio de Janeiro, uma das entidades mais estruturadas no movimento negro brasileiro, fez uma assembléia com apenas 13 pessoas.

A coordenação da UNEGRO/SP avalia que o sucesso da entidade deu-se pelo fato de lá se organizar onde o povo ne-

gro está: nos bairros, nos sindicatos, nas escolas de samba. Além disso, a proposta da UNEGRO vem ganhando muitos adeptos.

O centro da tese da entidade é o "extermínio programado do povo negro e pobre no Brasil". Segundo esta tese, o extermínio programado se manifesta no assassinato de crianças e adolescentes de rua (na sua maioria, negros); na esterilização indiscriminada de mulheres negras, na violência policial e até mesmo na proposta de legalização da pena de morte, hoje praticada oficialmente pelos chamados "justiceiros". Por isto, a UNEGRO propõe que o movimento negro se articule com os demais movimentos populares para lutar por uma nova sociedade, onde seja garantido o direito ao pleno exercício da cidadania do povo negro.



A marcha pela terra prometida

A concessão do Prêmio Nobel Alternativo ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra deixa a direita ainda mais furiosa e radical. Em Porto Alegre, ela prepara um clima propício ao conflito, tentando jogar, não apenas a Polícia Militar, mas o próprio governador contra os colonos.

Porto Alegre, 16 de outubro, cedo da manhã. O centro já está repleto de policiais militares, preparados para o confronto com o inimigo que se aproxima. Conforme a própria Brigada Militar, seu efetivo mobilizado é de três mil soldados, ou seja, todo o policiamento da capital, reforçado por contingentes do interior, sem troca de turno. Também a Assembléia Legislativa amanhece com sua segurança a postos, ocupando inclusive áreas externas. A mesa diretora determinara que nenhum colono entraria na "Casa do Povo".

O inimigo está chegando em duas colunas. Uma procedente de Palmeira das Missões, no Norte do Estado e outra de Bagé, no Sudeste. São 900 agricultores, cuja marcha de 480 quilômetros, em 22 dias finalmente chega à capital. O plano é acampar até verem atendidas suas reivindicações: 50 mil hectares para assentamento de 2.400 famílias de sem-terras acampadas em Bagé, Palmeira das Missões, Fazenda Annoni e Capela Santana. Além disso, a liberação de 5 bilhões e 668 milhões de cruzeiros (o que se gastou com a vinda do Papa), para possibilitar a produção por parte das 3 mil famílias já assentadas. Moradia, atendimento à saúde e a libertação de quatro companheiros, prisioneiros políticos, mantidos encarcerados ilegalmente no Presídio Central para dissuadir novas mobilizações, completam a lista de pedidos.

Apoio popular

Recebidos por representantes do movimento popular, entre os quais a deputada Jussara Cony, do PCdoB, e o presidente regional do partido, Edson Silva, os agri-



Sem-Terras: inimigos da Brigada Militar

cultores descansam e almoçam. Depois reiniciam a marcha em direção ao centro.

Na Voluntários da Pátria, o povo se apinha nas calçadas e, em respeitoso silêncio, acompanha o insólito desfile. Das janelas dos edifícios, cai papel picado. O apregoado inimigo, para o qual o mais suave epíteto era a classificação de baderneiro, causava dó. A Voluntários é uma rua comercial, onde circula gente muito simples. Guardadas as proporções, uma espécie de Largo 13 de Maio, em São Paulo.

Não há nenhum conflito. Ainda naquele dia, os colonos entregam pares de chinelos usados na caminhada ao governador Collares, ao presidente da Assembléia Legislativa, César Schirmer, que recebe pessoalmente a oferta, e ao vice-presidente em exercício do Tribunal de Justiça, que prefere manter distância. Este último par estava preso a uma gaiola, em protesto contra a prisão dos colonos José Gowaski, Otávio Amaral, Idone Bento e Augusto Moreira, indiciados no inquérito sobre a morte do PM Valdeci Lopes, ocorrida no confronto entre soldados e colonos, em 8 de agosto de 1990.

E, desde aquela época, aguardando julgamento.

Colhendo frutos

Já no dia seguinte, os colonos começam sua colheita. Em audiência com Collares para a qual contaram com as articulações da deputada Jussara Cony, que os acompanhou em todas as negociações, e outros parlamentares, conseguiram do governador a promessa de enviar projeto de lei ao Parlamento autorizando o assentamento de colonos sem-terra em 14 das 24 estações agrícolas gaúchas. O projeto estabelece que 70% dessas áreas serão destinadas ao assentamento cooperativado. Também outras áreas públicas terão a mesma finalidade, até que todas as 2.400 famílias sejam assentadas. O governador prometeu, ainda, interceder em favor dos agricultores presos, para que respondam processo em liberdade.

Mas a luta continua. Uma luta que prima pela obediência: terra para o colono produzir num país onde a desastrosa política agrícola colhe mais um resultado adverso, que é a necessidade de importar 8 milhões de toneladas de alimentos, porque a safra ficou longe dos índices alardeados.

Cristiano Dartech - colaborador em Porto Alegre

QUESTÃO DE ORDEM

Fora Collor!

JOÃO BATISTA LEMOS*

Arrocho salarial, recessão com inflação subindo mais de 20% ao mês, taxa de juros altíssima e liberação para o comércio exterior, são alguns dos aspectos que formam o círculo vicioso para a degradação social de um lado e, de outro a concentração de riquezas.

É a política de anti-desenvolvimento, levado à risca pelo governo de traição nacional de Collor, que visa preparar o terreno para a internacionalização da economia, totalmente subordinada aos interesses do imperialismo norte-americano.

Somando-se a isto está a ganância da grande burguesia, qualidade inerente ao capitalismo. Lembrando o velho Marx: "Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos...". O sr. Miguel Etchenique, presidente do grupo Brastemp (Brastemp), excluindo aqui o "progressista", não produz eletrodomésticos por amor a seus produtos ou para o bem-estar dos consumidores. O que o move é a extração do lucro máximo. Com a retração do comércio, demite 1.557 operários para se adaptar às novas condições do mercado.

Mas o sr. Etchenique não propôs dividir o lucro quando obteve US\$ 3,4 bilhões em 1990 e uma receita anual de US\$ 628 bilhões, pois esta é a lógica do capital, baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Neste momento os operários da Brastemp e o sindicato, depois de recorrer à greve de fome, resistem às demissões, travam verdadeira batalha campal com a polícia, na tentativa de entrar na empresa, sendo violentamente reprimidos.

O episódio da Brastemp não é fato isolado, o momento é de acirramento. Os trabalhadores, até mesmo por sua sobrevivência, devem levar em conta as várias formas de luta já utilizadas pelo movimento operário que possam dar maior repercussão política e que os coloquem na ofensiva, como as greves de ocupações de fábricas, passeatas envolvendo amplos setores da sociedade e outras.

Esta situação, porém, exige do movimento operário e sindical uma luta mais ampla, que envolva as saídas políticas para a grave crise do país.

Deve ganhar corpo a elevação do nível de consciência política na luta sindical, combatendo as saídas de direita, como o voto distrital misto, etc. Como também a conscientização em relação à questão nacional, hoje bombardeada e entorpecida pela mídia eletrônica da burguesia. Através do poder de fogo dos sindicatos, jornais, seminários, assembleias, congressos entre outros, levar à compreensão de que a luta pelos interesses imediatos passa hoje pela defesa dos interesses nacionais.

Para os trabalhadores não há outra saída a não ser a luta decidida para pôr fim a esse governo neoliberal de Collor. Lutar por um desenvolvimento nacional e soberano, com o fortalecimento do mercado interno, em defesa do patrimônio público e das riquezas naturais, como a Amazônia.

Uma saída democrática ao alcance de amplas massas, que coloque o destino do país nas mãos do povo trabalhador.

Só assim, é que daremos passos firmes para aproximarmos do objetivo futuro da classe operária, da derrocada do sistema capitalista, e em novo patamar, a conquista de uma sociedade sem explorados e nem exploradores.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Membro do Comitê Central do PCdoB



Metalúrgicos elegem diretoria

Em São Luís-MA, os metalúrgicos elegeram novamente a chapa União Metalúrgica, da Corrente Sindical Classista da CUT, para dirigir o sindicato nos próximos três anos. A categoria optou pela formação da chapa única, após vários debates a respeito da atual conjuntura política, que tem levado muitos trabalhadores à situação total de penúria.

Com uma média de sete mil trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos é um dos maiores do Estado. Entretanto, ainda convive com as sequelas de um sindicalismo imobilista e apelegado, cujo rompimento deu-se há apenas três anos, com a primeira vitória da chapa União Metalúrgica.

Chapa única

Foi a partir do balanço do trabalho até agora

iniciado e da análise da situação global do trabalhador brasileiro que os metalúrgicos decidiram, em assembleia, formar somente uma chapa para o pleito, realizado nos últimos dias 19 e 20. "Neste momento o nosso inimigo em comum é o governo Collor, sua política recessiva, suas tentativas de acabar com as nossas conquistas e de entregar as riquezas nacionais a grupos estrangeiros", resumiu Júlio Guterres, atual presidente.

A chapa é composta por 58 membros. A nova diretoria tomou posse no último dia 18 e já está se preparando para o lançamento das campanhas salariais e de sindicalização, que devem mobilizar a categoria em torno de questões específicas, como a recuperação das perdas salariais, implantação das comissões de fábrica e fim das demissões arbitrárias.

PC de Cuba: congresso da resistênci

Entre os dias 10 e 14 de outubro, o Partido Comunista de Cuba realizou seu 4º Congresso. Tal evento aconteceu numa nova situação internacional em que as dificuldades que o povo cubano tem a enfrentar são bastante grandes. Segundo Fidel Castro o congresso é o mais heróico e tem um caráter histórico.

Após cinco dias de intensos trabalhos, o congresso foi encerrado com um comício ao qual compareceram mais de 250 mil pessoas em Santiago de Cuba. Na ocasião, Fidel Castro declarou em seu discurso, entre outras coisas:

"O antigo campo socialista europeu deixou de existir. Na União Soviética a palavra de ordem é a economia de mercado. Desapareceu o glorioso Partido Comunista fundado por Lênin e não se sabe se esta grande nação continuará existindo como estado multinacional. A revolução de outubro de 1917 derrotou a intervenção estrangeira, libertou o mundo do fascismo alemão e propiciou a libertação de muitas colônias. Hoje o imperialismo e os reacionários de todo o mundo aplaudem os acontecimentos que ocorreram na União Soviética. Cuba viveu momentos muito tristes ante a deserção de amigos do campo revolucionário, mas nada disso nos desanima nem nos debilita".

Mais adiante Fidel Castro ressaltou: "Cuba está passando por processo de aperfeiçoamento e tem avançado em condições muito difíceis sem fazer nenhuma concessão de princípios. Estamos conscientes do modo em que vivemos, dos perigos, mas não vacilaremos em enfrentá-los. A revolução cubana defenderá seus princípios, mesmo que tenhamos que voltar às montanhas. Só se respeita aos que combatem, só vencem os que lutam e só triunfam os que resistem".

O congresso elegeu o novo Comitê Central de 225 membros por voto secreto e direto. O Birô Político tem 25 integrantes. O índice de renovação da direção foi de 53% e foram incorporados 126 novos membros. Os delegados decidiram recomendar eleição por voto direto para os deputados da Assembléia Nacional e para os delegados às Assembléias Provinciais.

Política exterior

A linha de resistênci adotada pelo congresso foi ferozmente atacada pela grande imprensa internacional e brasileira. É que ao lado da defesa dos princípios da revolução, foram adotadas várias medidas no terreno da política exterior e da economia, com flexibilidade, a fim de permitir que Cuba sobreviva às condições de cerco e bloqueio impostos pelo imperialismo norte-americano com o apoio dos dirigentes da URSS, até então o maior parceiro econômico da Ilha.

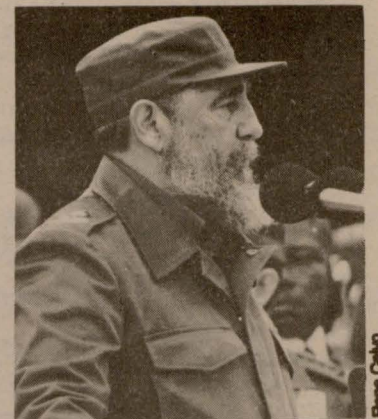
Quanto à política exterior, o congresso adotou entre outras, as seguintes análises e resoluções:

"A análise dos graves erros e



Povo de Santiago de Cuba saúda o 4º Congresso

Telefoto AFP



Fidel Castro

econômico com a guerra ideológica, realizam-se esforços por organizar um movimento contra-revolucionário interno e reunificar os grupos radicados no exterior, ganham força os intentos de chantagem, as ameaças e a campanha informativa orientada no sentido de prejudicar a imagem externa de nosso país."

Economia cubana

Cuba atravessa momentos difíceis, tempos do "período especial". Diante desta situação adversa e no sentido de superá-la, o congresso adotou algumas orientações entre as quais se destacam:

1. O programa alimentar tem como objetivo assegurar, com a maior rapidez possível, o incremento de um grupo de alimentos básicos para a população.

2. Deverão ganhar o máximo impulso possível as exportações tradicionais, especialmente as da indústria açucareira, os cítricos, o níquel, os produtos da pesca, o café e o fumo.

3. Como complemento deve-se estimular o investimento estrangeiro nos ramos e lugares onde seja conveniente sem aporte, em termos de capital, tecnologia e mercado, utilizando-se para este fim diferentes modalidades de associação, tais como empresas mistas, produções cooperadas, acordos de comercialização, cotas de participação e outras, segundo a legislação cubana.

Falando sobre a situação da economia cubana, Fidel Castro afirmou "que é impossível - com os preços do mercado mundial - adquirir 10 milhões de toneladas de petróleo com a venda de todo o açúcar produzido na Ilha" e que,

portanto, para obter recursos "estamos trabalhando em muitos campos, como a biotecnologia, a industrialização farmacêutica e de equipamentos médicos", nos quais tem-se conseguido vitórias como a vacina antimeningocócica tipo B, a vacina contra hepatite B, o Interferon, a Estreptitroquina (destinada a interagir com vírus) e outras. Na Ilha estão em construção umas 20 instalações destinadas à biotecnologia e indústria farmacêutica.

Mensagem do PCdoB

"Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), saudamos com entusiasmo e admiração o 4º Congresso do Partido Comunista de Cuba. Saudamos também, com ardor revolucionário, o grande comandante Fidel Castro, batalhador incansável da causa da independência nacional e do socialismo no continente americano.

No momento difícil por que passam os trabalhadores e os povos do mundo inteiro, quando as valiosas conquistas revolucionárias, obtidas em lutas memoráveis, são renegadas por traidores do socialismo, Cuba dá magnífico exemplo de coragem e altivez. Reafirma a defesa dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, mantém no alto a gloriosa bandeira de combate pelos ideais de libertação nacional e social do povo cubano.

As derrotas nas tentativas históricas de construir um novo mundo são temporárias. Lênin assim afirmou, repetidas vezes, com a convicção de quem acredita na ciência e na marcha inevitável da humanidade para o estágio luminoso do comunismo. Haverá sempre quem - como Fidel Castro e os comunistas cubanos - se disponha a resistir, apesar das dificuldades, certos de que a onda da luta emancipadora dos povos erguer-se-á novamente para esmagar de vez o capitalismo agonizante.

São imensas as ameaças que pesam sobre a

Ilha heróica do Caribe. Os imperialistas norte-americanos, com a cumplicidade criminoso dos desertores do socialismo, tramam a agressão belicista na qual recorrerão aos horrores cometidos contra a população do Iraque. Mas Cuba responde, altaneira - socialismo ou morte!

É hora de todos nós, povos da América Latina, futuras vítimas de idênticas agressões, nos solidarizarmos decididamente com a pátria de José Martí e Fidel Castro. O ataque a Cuba é um ataque a todos nós, latino-americanos. O monstruoso bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos a Cuba é também uma ofensa aos que lutam no continente pela liberdade e a independência de nossos países.

Desejamos pleno êxito aos trabalhos do 4º Congresso do Partido Comunista de Cuba. Estamos seguros que dele sairão decisões corretas para vencer os obstáculos que se erguem no vosso caminho para fortalecer a unidade e o espírito de luta do valente povo de Cuba.

Com vocês, camaradas cubanos, o Partido Comunista do Brasil!

Viva o 4º Congresso do Partido Comunista de Cuba!

Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

São Paulo, 12 de outubro de 1991.
João Amazonas, pelo CC do PCdoB"

das causas que conduziram à situação atual cabe, antes de mais nada aos comunistas soviéticos... os acontecimentos desses últimos três anos deram origem a um mundo unipolar, que se expressa na hegemonia militar do imperialismo norte-americano", mais adiante continua a resolução: "entre os três blocos se estabelece hoje uma forte disputa econômica que se expressa em fenômenos como a crescente penetração do capital japonês nos Estados Unidos, as pressões norte-americanas sobre o Japão

para que este país abra mais sua economia, a política agrícola protecionista da Comunidade Européia e as pressões norte-americanas para derrotar tal política... a característica básica da economia mundial atual é a diferença que se aprofunda cada vez mais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O 4º Congresso do PC de Cuba estabeleceu como prioridade a integração e colaboração da Ilha com os outros países da América Latina num sistema de "facilida-

des preferenciais aos investimentos latino-americanos". Finalmente, na questão da política exterior, o encontro reafirmou a inabalável posição dos comunistas em defesa da plena independência e da soberania nacional de Cuba. Denunciando as agressões de que o país tem sido vítima, a resolução diz: "Resistimos heroicamente por mais de 30 anos ao bloqueio e hostilidades de sucessivas administrações norte-americanas. Agora esta agressividade aumenta, conjuga-se a intensificação do bloqueio

Zezé cai no canto da sereia.

A deputada estadual da Bahia, Maria José Rocha, eleita pelo PCdoB no pleito de 90, decidiu se desligar do partido.

Nesta entrevista para a Classe, concedida ao jornalista Alfredo Torres Filho, o presidente do PCdoB da Bahia, Luiz Nova, abordou a conduta da parlamentar.

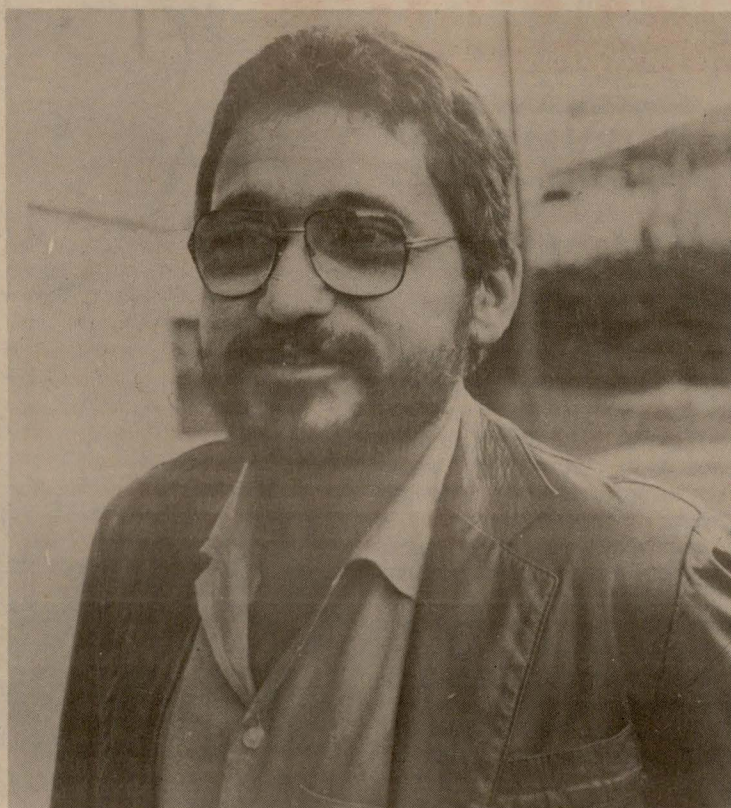
Classe: Na noite de segunda-feira, 14, a deputada estadual Maria José Rocha compareceu à reunião da Comissão Executiva Regional do PCdoB, da qual era integrante, para comunicar sua saída do PCdoB, gostaria que nos relatasse isso.

Nova: A deputada já chegou à reunião com decisão tomada previamente. Disse ao conjunto dos membros da Executiva que tinha ido apenas comunicar seu desligamento e não debater o problema. Com argumentos pouco políticos, queixava-se de nunca ter sido prioridade dentro do partido. Citou, como exemplo, o fato do coordenador da Corrente Sindical Classista na Bahia ter falado no comício da campanha de Lula e não ela, que tinha grande prestígio sindical. Seus argumentos foram tão pessoais e carentes de conteúdo que os membros da Executiva (depois da surpresa, pois a reunião iria abordar assuntos relacionados ao movimento dos professores), salientaram que as razões apresentadas não justificavam a decisão anunciada. Como a deputada revelou não ter nada contra o PCdoB, tentamos convencê-la a debater o problema dentro do partido. Uma tentativa em vão, pois a decisão já estava tomada e ela se levantou e abandonou a reunião.

Classe: No dia seguinte, 15, pela manhã, todos os jornais locais e alguns nacionais, inclusive um programa nacional de televisão, já divulgavam o fato. Tudo isso sugere a existência de um plano elaborado e estudado previamente. Como você analisa a "surpresa"?

Nova: Este é o segundo grande problema, além do pouco conteúdo político. A deputada sequer anunciou ao partido que já teria dado declarações à imprensa. Quando foi à reunião, ela já havia distribuído releases e havia articulado entrevista na TV e convocado coletiva para o dia seguinte, quando leu um discurso na tribuna da Assembleia Legislativa. Portanto a deputada agiu de forma sorrateira, metodologia frequentemente utilizada pelos políticos burgueses.

Classe: A deputada, em entrevista à imprensa, apresentou os seguintes argumentos para sair do PCdoB: boicote à candidatura e ao seu mandato, falta de democracia interna, anacronismo do Partido e a existência de uma campanha visando desmoralizá-la. Qual sua opinião?



Luiz Nova esclarece a verdade

Nova: O Comitê Regional, na presença da deputada, já tinha discutido a questão da prioridade eleitoral, na qual ela alega que foi boicotada, assim como o problema da contribuição financeira que, nas palavras dela, ganha o nome de campanha de desmoralização. Em relação à prioridade eleitoral, decidida pelo partido, com a concordância dela para a minha candidatura e para a de Vandilson Costa, o resultado da votação comprovou o acerto da nossa política. A deputada foi a mais votada no seio da esquerda e quase elegemos o segundo deputado. Ou seja, a distribuição de nossas forças, como sempre acontece, demonstrou ser correta. Em relação à questão financeira, a Conferência Regional do partido, realizada em abril, decidiu que o assunto deveria ser tratado na estrutura partidária. Além disso, não é novidade para ninguém que todos os parlamentares do PCdoB têm o compromisso de acertar suas contribuições financeiras com o partido. Vale ressaltar que em vez de repassar 70%, como ocorria na legislatura passada, a deputada deveria repassar 50%. Mas mesmo assim nunca conseguimos fazer com que o acerto fosse cumprido integralmente.

Classe: Faltou você falar sobre a questão da democracia interna e do anacronismo...

Nova: Nacionalmente o partido trava uma intensa discussão acerca da democracia. Este assunto faz parte do processo de discussão do Congresso, do qual a deputada, ao sair, se recusou a participar. O outro aspecto é que em todo o processo democrático existem regras. A deputada era integrante da Comissão Executiva Regional do partido e por isso tinha responsabilidade. Mas em vez de assu-

mir o posto para o qual foi eleita, ela se ausentou de praticamente todas as reuniões da Executiva e do Diretório. Portanto, não estava participando do esforço que a direção do partido na Bahia faz para democratizar as decisões no plano estadual. A deputada fala do anacronismo, mas na conferência realizada em abril defendeu a idéia de que o marxismo não passava por crise alguma e minimizou os erros cometidos na experiência socialista. Em reunião da Executiva, que avaliou a possibilidade de saída de Lídice da Mata do PCdoB, a deputada afirmou que "nunca sairia do PCdoB e que nunca teve tanto debate interno no partido como neste momento". Para bom entendedor, a postura raivosa que a deputada assume após a sua saída do partido e os argumentos levantados à última hora, perseguem um único objetivo, dar conteúdo político à sua decisão e ao seu projeto pessoal. Trata-se apenas de uma jogada de marketing digna de qualquer político burguês.

Classe: A deputada tem falado que vem recebendo pressões para renunciar. Todo mundo sabe que você é o 1º suplente...

Nova: Renunciar ou não é uma decisão que só cabe à deputada. Nunca fizemos pressão neste sentido. Internamente sempre avaliamos o assunto do ponto de vista da concepção revolucionária de trabalho parlamentar e de mandato comunista. Essa história de pressão é apenas mais uma fantasia da deputada Maria José, que também levantou estarem os companheiros Péricles de Souza e Nilton Vasconcelos (ex-assessores) boicotando o seu mandato. Ela pretende sair de vítima. Mas o tempo não pára e a vida revelará com quem está a razão.

TEORIA E PRÁTICA

Nova (!?) forma-partido

ROGÉRIO LUSTOSA*

Roberto Freire vai realizar, em janeiro, o Congresso para enterrar de vez os vínculos do PCB com a "velha" tradição marxista-leninista e, em particular, com o centralismo democrático. Qualquer pessoa pode participar do Congresso. Esta foi a tradução, no terreno organizativo, da proposta de "radicalidade democrática". A vinculação orgânica entre os aderentes e o partido, aliás a "inovadora forma-partido" que pretende criar, fica abolida.



Tudo pelo indivíduo

Aparentemente a novidade é muito democrática. Cada um opina sobre o que quiser e quando quiser. E só executa o que for de seu agrado. Nada de "patrulhamento" dos outros e de "imposições" de maiorias.

Como fazer com que as palavras de cada um se convertam em ação prática, já que ninguém controla ninguém? Como assegurar que a opinião da maioria seja executada, já que não há qualquer vínculo disciplinar? Atrás da aparência democrática, coloca-se o predomínio do indivíduo sobre o coletivo, a parte acima do todo. É o contrário da democracia: a maioria é condenada à impotência diante de cada indivíduo. Só se aplica qualquer coisa se houver consenso.

Mas quem dirige tal aglomerado? Na verdade, os que têm mandato parlamentar - e por isto têm mecanismos de difundir suas propostas - ou os que têm dinheiro e podem contar com meios de comunicação. O simples trabalhador, estudante, ou intelectual - que pode até se iludir com a aparência de liberdade - perde-se numa coletividade amorfa, sem condições de interferir no rumo das coisas.

Essa "forma-partido" freirista conforma-se com a ideologia dominante, pois não tem como formular e preservar um modo de pensar diferente. Não produz idéias coletivamente - porque não têm como aplicá-las e testá-las coletivamente. É um partido de ordem estabelecida, jamais um instrumento de ruptura.

Organização superior

A democracia revolucionária exige, pelo contrário, um elevado grau de organização: mecanismos para que o conjunto participe de elaboração da política, se informe, controle cada um de seus membros, garantindo que os projetos comuns sejam realizados; direções indicadas entre os que tenham maior experiência, ímpeto revolucionário e capacidade de se orientar, que interpretem, em cada situação particular, a política do partido, aprovada por maioria nos fóruns responsáveis; prestação de contas dos dirigentes e militantes ao coletivo; eleições de todos os níveis de direção.

Num partido, o direito de "não agir" é uma farsa. A organização serve exatamente para que todos ajam de acordo com o que a maioria decide. A tarefa hoje é, portanto, incorporar milhares de combatentes que, enfrentando a guerra ideológica, adotam do ideal socialista. Democracia significa encontrar formas flexíveis para assegurar o máximo de participação destes lutadores. Mas que, acima de tudo, preservem o princípio fundamental de que o militante ingressa numa das organizações do partido. Jamais que diluam a militância numa estrutura paralisante de organizações individuais.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Fundação Maurício Grabois

"Hoje temos problemas terríveis, enormes, de desemprego e paralisação do maquinário. Estou decepcionado pela falta de compreensão da Comunidade Econômica Europeia e sua lentidão. Sei que isto é da essência do capitalismo. Fomos ingênuos, acreditamos em seus slogans e fomos embrulhados."
Lech Walesa, presidente da Polônia



A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

SOCIALISMO

O que será do Leste europeu?

UMBERTO MARTINS

Dois anos após a queda do Muro de Berlim, um breve balanço das transformações políticas e econômicas operadas pela burguesia no Leste europeu revela um panorama trágico e sombrio. A vitória do capitalismo, embora cada vez mais ganhe contornos de uma vitória de pirro, continua sendo festejada pelas elites. Mas seus resultados concretos são decepcionantes.

As expectativas idílicas de modernidade e abundância que inspiraram as mudanças nos países da Europa Oriental mostraram-se falsas. A contrapartida das reformas capitalistas em curso tem sido uma crise de proporções alarmantes. Uma dramática depressão econômica, traduzida no desemprego em massa e um radical declínio do padrão de vida, sacode toda a região, sem exceção.

A terra prometida

Certamente o discurso dos fatos é sempre mais rico e eloquente que a retórica dos ideólogos burgueses. O Leste caminha para trás, já retroagiu décadas e tem uma grande incógnita por perspectiva. As estatísticas econômicas não dão margem a dúvidas: na ex-Alemanha Oriental, a produção industrial declinou 42% neste ano; na Checoslováquia, o recuo da indústria, do outono de 1990 ao outono deste ano, deverá chegar a 40%, "um recorde em tempo de paz", conforme o professor Milan Zeleny, da Universidade de Praga; na Romênia, a queda foi de 17% somente nos primeiros sete meses deste ano; na Hungria, de aproximadamente 15%, enquanto na Polônia o nível de vida caiu 40% desde o início das reformas, de acordo com informações provenientes de fontes oficiais.

A tradução crua desses indicadores na realidade social é a disseminação da miséria entre as massas. O desemprego já atinge milhões (40% da força de trabalho em algumas regiões da ex-Alemanha Oriental; 1,5 milhão na Polônia). De outro lado, a carestia, advinda da reforma dos preços, castiga impiedosamente o poder aquisitivo dos salários - embora, como alguns cínicos gostam de argumentar, também elimine filas.

Não é de estranhar que o número de suicídios motivados por problemas econômicos tenha crescido 1.000% em Leipzig, segunda maior cidade da antiga Alemanha Oriental, conforme dados colhidos pelo jornalista Mark Heinrich, da "Agência Reuters". A frustração

é generalizada. A sensação de revolta e indignação aos poucos vai dominando os espíritos na região e coloca em risco a própria transformação pretendida pela burguesia, como acentua a revista *The Economist*, ao fazer referência ao dilema "do ovo ou da galinha" na Europa Oriental: "Reformas econômicas profundas criam enorme instabilidade política, que, por sua vez, prejudicam as reformas".

Um grupo de especialistas, dirigido pelo empresário norte-americano de origem checa, A.I. Simon, chegou às seguintes conclusões sobre as reformas na Checoslováquia: "Um processo de destruição descontrolado da economia está ocorrendo, em nome de uma reforma econômica radical. Uma queda em espiral começou na produção, aumentam o desemprego e os preços, a moeda está sendo desvalorizada, cresce a dívida externa, baixa o nível de vida e continua a evasão de cérebros."

Dilemas do capital

A observação do processo em curso no Leste sugere que a história poderá cobrar, talvez a curto prazo, um preço alto e amargo pela vitória capitalista, obtida em boa medida graças à trapaça ideológica, não obstante o descrédito dos regimes pretensamente socialistas da região. Prometeu-se, afinal, um mundo de prosperidade.

A vida mostra que o capitalismo é um sistema impotente frente aos dilemas e desafios da região. As instituições imperialistas - como o FMI e o BIRD - orientam diretamente a "reestruturação econômica" em países como a Polônia, Romênia e outros. Há poucos dias uma missão do FMI foi enviada a Moscou para estudar a economia soviética e estabelecer metas e métodos da transformação capitalista.

As condições de exercício do poder político conquistado pela burguesia, porém, são adversas. "Há fantásticos programas de privatização em massa e desestatização, especialmente na Polônia e Checoslováquia, mas nenhum deles entrou em vigor", salienta o jornalista William Waack, correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* na Alemanha. As dificuldades para efetivar o projeto capitalista são imensas. Decorrem, talvez, principalmente, da virtual ausência de uma burguesia nativa nos países da Europa Oriental (o que conduz ao dilema de um capitalismo sem capitalistas), mas tam-

bém refletem a momentosa crise que, em todo o mundo, sacode o modo de reprodução do capital.

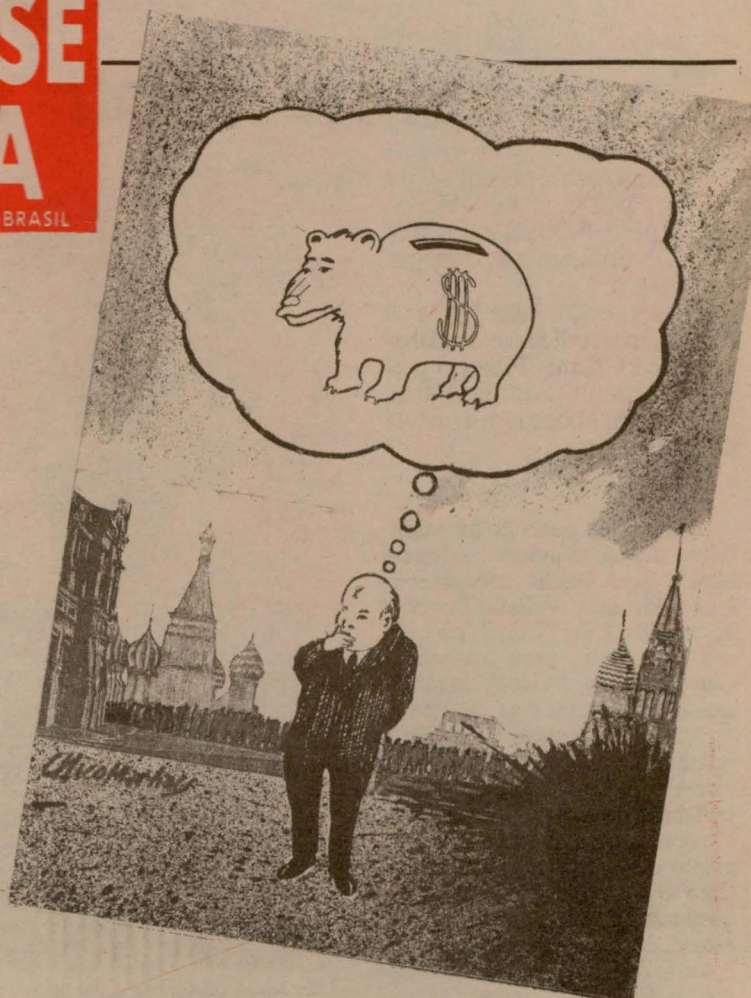
É notável que apenas a Alemanha venha obtendo algum sucesso no programa de privatização, apesar do elevado custo social. A experiência alemã mostra que o preço da reestruturação é um tanto quanto excessivo e que não há recursos disponíveis para bancar processos semelhantes em outros países e, destacadamente, na União Soviética.

O governo da Alemanha Ocidental gastou, até o momento, algumas centenas de bilhões de marcos para viabilizar a anexação da região oriental, evitando uma explosão social. "À medida que a economia do Leste despencava, disparavam os custos de sustentá-la", registra a revista *The Economist*. "O resultado foi uma transferência orçamentária que pode chegar a 6% do Produto Nacional Bruto (PNB) alemão em 1991, segundo estatísticas oficiais. De acordo com algumas estimativas, o fluxo de auxílio responde por metade do produto bruto da região", enquanto "em julho de 1990, a produção caiu 40% e nos dez meses seguintes perdeu outros 40%". Os excedentes externos do país evaporaram, o superávit na balança comercial deu lugar a um momentâneo déficit (nada adequado às pretensões de expansionismo germânico) e o equilíbrio orçamentário, ostentado antes da reunificação, cedeu espaço a um déficit público superior a 5% do PNB neste ano.

Escassez de poupança

Se a situação é algo catastrófica na Polônia, Romênia, Hungria, Checoslováquia, Bulgária e - poderíamos acrescentar - Iugoslávia (em guerra civil), nas repúblicas que até há pouco integravam a União Soviética, as perspectivas são ainda mais perturbadoras.

"Sem uma estrutura federal", observa um correspondente da agência AP, Dow Jones, "a economia soviética está caindo como um corpo sem esqueleto". O PNB e os níveis de vida desabaram para um patamar de 20 anos atrás, os preços sobem à taxa de 5% por semana, a hiperinflação parece inevitável face ao caos monetário e despesas alegres e demagógicas dos governos republicanos (o déficit público quintuplicou em 1991, a emissão de rublos só é limitada pela capacidade física de produção). A fome ameaça o próximo inverno, depois que a produção



agrícola caiu mais 20%.

As contradições étnicas parecem insolúveis. Tudo que a iniciativa de Gorbachov logrou, no sentido da manutenção da precária união, foi um frágil acordo econômico entre oito das quinze repúblicas soviéticas (ou 12, se excluirmos o Báltico). Apesar das pressões que potências capitalistas do ocidente exerceram em sentido contrário, até mesmo a Ucrânia, segunda maior república da ex-URSS, com uma população superior a 50 milhões de pessoas, ficou de fora do acordo e rumou para a independência - já tendo decidido, inclusive, formar Exército próprio. À união, como era de se esperar, sucedeu o imperialismo russo e este, através de Ieltsin, já colocou os dentes à mostra - por enquanto exigindo, entre outras coisas, a Criméia da Ucrânia e o Norte do Cazaquistão. Não custa lembrar que cerca de 25 milhões de russos vivem em outras repúblicas.

A possibilidade de guerra civil é grande, como nota o *The Economist*. "O mundo está tendo um aperitivo desse tipo de guerra civil. A Iugoslávia é uma versão em miniatura da União Soviética, no passado mantida unida por Marx e metralhadoras e, agora, em divisão enquanto províncias declaram independência e tribo volta-se contra tribo." As novas elites dominantes não estão em condição de se entenderem e preservarem um Estado multinacional de orientação capitalista.

A crise evidencia que a transição ao capitalismo em todos os países da Europa Oriental e na URSS, além de outros problemas, completa-se em uma época histórica em que o sistema global não tem a oferta de maiores sofrimentos e misérias. E parece claro que as nações da região não

compraram um bilhete de entrada para o restrito clube dos países ricos (aliás, também em profunda crise), seu futuro (desde que elas tenham futuro no capitalismo, o que não me parece provável) é ao lado dos países dependentes e espoliados.

É preciso acrescentar, no entanto, que a tentativa de completa reestruturação econômica capitalista coincide, ainda, com um momento de aguda crise do sistema em que ressalta a relativa escassez de capitais disponíveis para exportação no mundo imperialista. A poupança mundial tem sido sugada pelos pesados déficits em conta corrente nos EUA e países europeus (à exceção da Alemanha), que torna inviável uma nova versão do Plano Marshall para o Leste europeu. As migalhas oferecidas à ex-URSS para fazer frente às perturbações do inverno evidenciam a crise, aliás dramaticamente captada pelo presidente do FMI Michel Camdessus, na reunião do órgão em Bangcoc, na Tailândia, cujas interrogações merecem transcrição: "Como encontrar uma estratégia eficaz para enfrentar problemas históricos que nos estão sendo colocados? O que fazer quando a poupança dos países industrializados diminui e quando uma grande quantidade de recursos públicos estão sendo desperdiçados em gastos improdutivo? Quando a Rodada do Uruguai não se completa e a assistência oficial de desenvolvimento está estagnada, termos reais; e quando nossos mecanismos de apoio são frequentemente paralisados por intermináveis discussões sobre distribuição orçamentária? Como, quando a assistência oficial de desenvolvimento não consegue solucionar os desafios e tentos, podemos assumir ou novos?"

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois